



DOUGLAS VINÍCIUS VAZ MARTINS

**A VIDA NO E PARA ALÉM DO ROÇADO:
REPRODUÇÃO SOCIAL E PLURIATIVIDADE NO
ASSENTAMENTO SANTO DIAS EM GUAPÉ-
MINAS GERAIS**

LAVRAS – MG

2011

DOUGLAS VINÍCIUS VAZ MARTINS

**A VIDA NO E PARA ALÉM DO ROÇADO:
REPRODUÇÃO SOCIAL E PLURIATIVIDADE NO ASSENTAMENTO
SANTO DIAS EM GUAPÉ-MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Souza Oliveira.

LAVRAS – MG

2011

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca da UFLA**

Martins, Douglas Vinícius Vaz.

A vida no e para além do roçado : reprodução social e
pluriatividade no Assentamento Santo Dias em Guapé-Minas Gerais
/ Douglas Vinícius Vaz Martins. – Lavras : UFLA, 2011.
139 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2011.
Orientador: Maria de Lourdes Souza Oliveira.
Bibliografia.

1. Racionalidade camponesa. 2. Estratégia de reprodução. 3.
Agricultura familiar. 4. Economia familiar rural. 5. Renda familiar
rural. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 307.72

DOUGLAS VINICIÚS VAZ MARTINS

**A VIDA NO E PARA ALÉM DO ROÇADO:
REPRODUÇÃO SOCIAL E PLURIATIVIDADE NO ASSENTAMENTO
SANTO DIAS EM GUAPÉ-MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 28 de fevereiro de 2011.

Profa. Dra. Jacqueline Magalhães Alves DED/UFLA

Profa. Dra. Flávia Luciana Naves Mafra DAE/UFLA

Profa. Dra. José Newton Coelho Menezes FAFICH/UFMG

Profa. Maria de Lourdes Souza Oliveira
Orientadora

**LAVRAS – MG
2011**

**“Aos amigos e amigas do Assentamento Santo Dias,
exímios doutores e doutoras da ciência da vida,
agradeço”.**

AGRADECIMENTOS

Um trabalho acadêmico nunca pertence inteiramente à pessoa que o escreveu. Na verdade, foram muitos atores que diretamente ou indiretamente contribuíram para que determinada obra fosse concluída.

No caso desta pesquisa de mestrado, há uma série de influências que, no seu conjunto, delinearão o conteúdo e a forma dos conhecimentos aqui produzidos.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à força divina, que muitos intitulam de Deus, que me acompanhou o tempo todo, elevando os meus pensamentos e conclusões.

Aos meus pais Alfredo e Cidinha, pela confiança e preces a mim creditado, tornando-se fonte de motivação e perseverança contínuas.

Aos meus irmãos Hugo, Thales e Adriana pela fraternidade demonstrada em todos os momentos.

Aos meus avós José Francisco e Antonina, pelo carinho e acolhimento.

À minha orientadora Maria de Lourdes (Maroca), que com o seu conhecimento, compromisso e sabedoria soube me mostrar os caminhos não só da ciência, como também da vida. Por me defender nos momentos cruciais, pela paciência e flexibilidade diante das minhas imperfeições, pelo companheirismo de todas as horas. Não adianta, você é e sempre será muito especial.

Às pessoas da banca orientadora, Flávia Naves, Jacqueline Magalhães (Jacque) e José Newton, pela perspicácia e atenção confeiradas. Com vocês, não só este trabalho ficou mais rico, mas eu também fiquei.

À toda a comunidade do Assentamento Santo Dias, homens e mulheres corajosos, que não tremem diante das dificuldades, exemplos inegáveis de vida, de história, de lutas. Diante de vocês me sinto pequeno, mas com vocês, me torno mais forte. Sem vocês este trabalho não seria possível. A todos e todas, meu eterno obrigado e profundo respeito.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pela ousadia de querer construir um mundo melhor.

Aos amigos e amigas do Alojamento Estudantil (“Brejão”), em especial os moradores do apartamento 309 (em especial *Menininho*, *Marrom*, *Vilela*, *Rogério*, *Caverna* e *Thales*), pelo segundo lar que me proporcionaram.

Aos amigos e amigas do grupo Gênero e Diversidade em Movimento (em especial Rose, Kácia, Isla, Viviane, Clarice, Eduardo e Douglas) pelos trabalhos e ricas experiências que vivenciamos juntos.

A todos os companheiros e companheiras de militância estudantil, social e partidária, pelos valores a mim proporcionados de democracia, justiça social e rebeldia diante dos problemas sociais.

Por fim, e não menos importante, à Priscila, amor de minha vida, dona do meu coração, pela confiança e apoio incondicional nos momentos bons e

ruins. Seu amor me aqueceu quando tudo lá fora era frio e seus olhos iluminaram minha consciência.

"Aquele que melhor goza a riqueza é aquele que menos necessidade
dela tem." (Epicuro)

RESUMO

MARTINS, Douglas Vinícius Vaz. **A vida no e para além do roçado: reprodução social e pluriatividade no Assentamento Santo Dias em Guapé-Minas Gerais. 2011.** 139 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG¹.

O objetivo desta pesquisa consiste em identificar e analisar o papel que as atividades pluriativas cumprem no processo de construção de estratégias de reprodução social por parte de sete famílias de agricultores familiares do Assentamento Santo Dias, localizado no município de Guapé, sul de Minas Gerais.

A incorporação e o significado de atividades pluriativas (também chamadas de extra-agrícolas) à dinâmica das famílias de agricultores pesquisadas podem ser compreendidos na posição que elas ocupam no conjunto da economia familiar, levando-se em conta a lógica das estratégias de reprodução social por elas construídas. Nesse sentido, existem diferentes possibilidades de se associar o exercício da pluriatividade no interior das unidades familiares, o que implica numa diversidade de significados que este tipo de combinação poderá assumir na reprodução social

O que guia a conduta econômica dos agricultores entrevistados, conforme apontamos ao longo deste trabalho, não são aqueles princípios característicos do chamado empresário rural, pautados pela produtividade marginal dos fatores de produção e maximização do lucro. O que orienta a reprodução social destas famílias é a busca pela otimização de oportunidades de sobrevivência e maximização de bem-estar. Essa lógica representa uma luta contínua e cotidiana por autonomia e progressos, concretizados pela criação de uma base de recursos autogerida.

A alternativa encontrada pelas famílias para a criação de tal base de recursos envolve a combinação de rendas monetárias e não-monetárias de natureza agrícola e extra-agrícola. Os rendimentos provenientes de atividades pluriativas (aqui expressos na forma de trabalhos assalariados temporários diversos, como safrista, pedreiro, serviço de carreto, dentre outros) constituem uma fonte de receitas que arcam com parte dos bens e serviços necessários a manutenção do coletivo familiar (gastos correntes) e, por outro lado, como instrumento de autofinanciamento da produção de subsistência.

PALAVRAS-CHAVE: Reprodução social, agricultura familiar, pluriatividade.

¹ Orientação: Professora Doutora Maria de Lourdes Souza Oliveira.

ABSTRACT

MARTINS, Douglas Vinícius Vaz. **The life in and beyond the mowing: social reproduction and settlement in pluri Santo Dias, in Guapé-Minas Gerais. 2011.** 139 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG².

The objective of this research is to identify and to analyse the role that the activities pluriactive meet in the building process of social reproduction strategies by seven families of farmers Holy Days of the settlement, located in the municipality of Guapé, southern Minas Gerais.

The incorporation of activity and significance pluriactive (also called non-agricultural) to the dynamics of farm households surveyed should be included in the position they occupy in the overall household economy, taking into account the logic of social reproduction strategies they built. So there are different possibilities of combining exercise pluriactivity within family units, which implies a diversity of meanings that such combination may take in the social reproduction .

What drives economic behavior of farmers interviewed, as pointed out throughout this work, are not characteristic of those principles called the farmers, guided by the marginal productivity of factors of production and profit maximization. What drives the social reproduction of these families is the pursuit of optimizing opportunities for survival and maximization of welfare. This logic represents a continuous and daily struggle for autonomy and progress achieved by the creation of a self-managed resource base.

The alternative found by the families to create such a resource base involves the combination of monetary incomes and non-monetary nature of agriculture and outside agriculture. Income from activities pluriactive (here expressed as many temporary employees work as croppers, mason, carriage service, among others) are a source of revenue to bear part of the goods and services necessary to maintain the collective household (spending currents) and, secondly, as an instrument of self-financing from subsistence production.

KEY WORDS: Social reproduction, family farmer, activities pluriactive.

²

Orientação: Professora Doutora Maria de Lourdes Souza Oliveira.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Distribuição geográfica dos assentamentos rurais no Brasil (1979-2009).....	38
FIGURA 2	Processo circular de pesquisa nas ciências sociais.....	50
FIGURA 3	Território Médio Rio Grande.....	54
FIGURA 4	Fluxo de recursos considerando os dados médios do perfil geral das famílias entrevistadas.....	120
QUADRO 1	Calendário das atividades sócio-produtivas, políticas e cerimoniais.....	83
QUADRO 2	Principais projetos desenvolvidos na área.....	116

LISTA DE TABELAS

1 -	Populações presentes no município do território.....	56
2 -	Médias dos índices de desenvolvimento para o Médio Rio Grande.....	61
3 -	IDH-Municipal dos municípios componentes do território Médio Rio Grande (MG).....	62
4 -	Composição familiar.....	80
5 -	Formas de uso e exploração do solo.....	82
6 -	Frequências das fontes de renda.....	88
7 -	Estrutura da renda.....	90
8 -	Rendimento das atividades pluriativas.....	92
9 -	Renda pluriativa <i>versus</i> outras rendas.....	92
10 -	Estrutura geral dos gastos familiares correntes segundo tipo de despesa.....	93
11 -	Entradas e saídas de recursos financeiros na economia familiar.....	94

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	14
1	INTRODUÇÃO.....	16
2	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	19
2.1	Pluriatividade como estratégia de reprodução social na agricultura familiar.....	19
2.1.1	Pluriatividade: um conceito em evolução.....	19
2.1.2	O conceito de pluriatividade nas elaborações teóricas latino-americanas e brasileiras.....	23
2.1.3	Os elementos propulsores e a importância da pluriatividade.....	25
2.2	Racionalidades camponesas e reprodução social.....	29
2.3	Assentamentos rurais: aspectos relevantes ao debate.....	35
2.3.1	Renda, pluriatividade e condições de vida das famílias assentadas.....	41
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	44
3.1	Considerações iniciais.....	44
3.1.1	A família como unidade fundamental de análise.....	44
3.1.2	“Pluralidade” de significados das atividades pluriativas.....	45
3.2	Atividades de campo, metodologia e método.....	46
4	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	53
4.1	O Território Médio Rio Grande.....	54
4.1.1	Dimensão ambiental.....	54
4.1.1.1	Meio físico.....	55
4.1.2	Dimensão social, demográfica e cultural.....	56
4.1.3	Dimensão socioeconômica.....	58
4.1.3.1	Agropecuária.....	59
4.1.3.2	Indústria, Comércio e Serviços.....	60
4.1.4	Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH).....	61
4.1.4.1	Indicadores de riqueza e de renda.....	63
4.2	O Assentamento Santo Dias (ASD).....	65
5	CARACTERIZAÇÃO (PARTICULAR) DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS.....	68
6	CARACTERIZAÇÃO (GERAL) DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS.....	79
6.1	Composição familiar.....	79
6.2	Unidade de produção.....	81

6.3	Origem e composição dos rendimentos familiares “O peso da pluriatividade”.....	88
6.4	Dispêndios familiares e o balanço do orçamento doméstico.....	93
7	ESTRATÉGIAS, RACIONALIDADES E RENDAS: as famílias construindo a sua existência.....	97
8	ASPECTOS ESPECIAIS QUE INFLUENCIAM O DESEMPENHO DAS FAMILIAS NA CRIAÇÃO DE UMA BASE DE RECURSOS AUTOGERIDA.....	108
8.1	O papel da política pública de apoio à comercialização: o programa <i>Barriga Cheia</i>	108
8.2	As divisões político-organizativas (DPO´s).....	111
8.2.1	A estrutura de organização social do ASD.....	111
8.2.2	Os núcleos de base.....	112
8.2.3	O associativismo: o papel da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias (AAFASD).....	114
9	PLURIAATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	122
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
11	LIMITAÇÕES ENCONTRADAS NO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	130
12	OUTRAS QUESTÕES DE PESQUISA.....	131
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho não foi construído a partir de uma estratégia de pesquisa explicitada desde o início da sua concepção e conduzida de forma imutável até o seu término. Foi, ao contrário, elaborada e implementada seguindo um processo emergente e gradual, desde a definição dos seus objetivos gerais, da escolha dos métodos de coleta de informações e da determinação dos focos de análise.

A idéia original era identificar e analisar os principais impactos econômicos gerados pela criação do Assentamento Santo Dias a partir da ótica das famílias assentadas. Esta foi a proposta submetida à avaliação e apresentada à banca examinadora presente ao seminário de qualificação desta dissertação, durante o primeiro semestre de 2010.

Porém, após as primeiras idas a campo e analisando alguns dados secundários da área de estudo, percebemos que, metodologicamente, era inadequado desenvolver uma pesquisa com estes objetivos tendo por base o assentamento em questão - era um projeto relativamente novo, implementado oficialmente em 2006, considerando o período de resistência na terra pelas famílias e o tempo decorrido desde a desapropriação oficial do imóvel.

As ações até então empreendidas na área pelos diversos atores sociais envolvidos não apresentavam, segundo os critérios teórico-metodológicos que definimos *a priori*, um estágio de maturação necessário que possibilitasse a identificação dos impactos econômicos que tanto procurávamos.

Diante dessa constatação, reorientamos nossa curiosidade. As mesmas fontes de dados que nos levaram a desistir de estudar os impactos econômicos nos forneceram as evidências necessárias para a determinação de outro foco de investigação: o exercício da pluriatividade enquanto componente das estratégias

de reprodução social construídas pelos agricultores (as) assentados (as).

O objetivo principal passou à tentativa de identificar e analisar o peso e o significado que o exercício das práticas pluriativas assume no campo de possibilidades de construção de alternativas de sobrevivência social, econômica e cultural de algumas famílias do assentamento que fizeram parte desta pesquisa.

Foi essa inquietação a força-motriz deste trabalho científico, e foi a isso a que nos dedicamos compreender.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho teve por objetivo investigar o peso (quantitativo) e o significado (qualitativo) que o recurso às atividades pluriativas assumem nas estratégias de reprodução social construídas pelas famílias do Assentamento Santo Dias (ASD), localizado no Município de Guapé – MG.

A amostra da pesquisa abrange sete famílias de agricultores familiares assentados, num universo de 49. A amostragem é, portanto, do tipo não-probabilística por julgamento, não sendo possível (e também não nossa intenção) a generalização dos resultados obtidos para o conjunto do assentamento.

A estratégia geral de investigação científica seguiu os princípios do processo interativo ou circular, em que o estudo é conduzido de forma flexível, havendo a possibilidade de retornar às etapas anteriores e formular novas questões de pesquisa à medida que esta avança. As análises sequenciais que caracterizam esta metodologia conduziram à busca por informações de objetos de análise não definidos *a priori*, mas que estavam correlacionados ao contexto em que as práticas pluriativas ocorriam. Fazem parte do conjunto desses elementos: a organização dos núcleos de base do ASD, o papel da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias (AAFASD) e as políticas públicas de apoio à comercialização. Os instrumentos metodológicos escolhidos para a coleta de dados foram: a observação participante, a pesquisa documental, o questionário (via correio eletrônico) e a realização de entrevistas com questões abertas e fechadas.

As análises foram elaboradas tendo por base a triangulação: (a) das fontes de informação obtidas através do contato direto com as famílias; (b)

baseadas em trabalhos e documentos produzidos anteriormente pelo e/ou para o assentamento; (c) estatísticas sócio-econômicas referentes ao município de Guapé e do território Médio Rio Grande; (d) os pressupostos teóricos adotados.

Os fundamentos de problematização teórica foram organizados a partir de duas categorias conceituais principais: *pluriatividade* – evolução do debate, elementos propulsores e importância na promoção de uma determinada estratégia de desenvolvimento rural e *racionalidades camponesas e reprodução social*. Complementamos a base conceitual com uma breve abordagem sobre *assentamentos rurais*.

Como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um processo através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (SCHENEIDER, 2003).

A incorporação e o significado de atividades extra-agrícolas à dinâmica das famílias de agricultores pesquisadas devem ser compreendidos na posição que elas ocupam no conjunto da economia familiar, levando-se em conta as estratégias de reprodução social construídas. Nesse sentido, existem diferentes possibilidades de se associar o exercício da pluriatividade ao interior das unidades familiares, o que implica numa diversidade de significados que este tipo de combinação poderá assumir na reprodução social (CARNEIRO, 2009).

Ao analisarmos as características: (a) da composição familiar, (b) das formas de exploração do solo e técnicas de manejo (animal e vegetal) adotadas, (c) da composição dos rendimentos monetários, (d) da estrutura dos dispêndios (tanto os gastos correntes como os custos das principais atividades agropecuárias), e (e) do balaço orçamentário anual; e ao relacionarmos estas

análises às informações qualitativas obtidas pelo convívio com as famílias ao longo da atividade de campo (que relatam as motivações, perspectivas e projetos familiares), podemos captar alguns dos elementos que compõem as estratégias de reprodução social por elas construídas.

Mesmo sendo um grupo social bastante heterogêneo quando comparadas entre si e com restante do ASD, as sete famílias estudadas apresentam um elemento comum que orienta a sua conduta econômica, social e cultural: a perpetuação do patrimônio sócio-territorial como fundamento básico da sua reprodução social. É preciso garantir a manutenção e desenvolvimento da família e manter o vínculo com as atividades agropastoris.

Esse desafio é encarado com base num conjunto de estratégias que visam, em última instância, à criação de uma base de recursos autogerida, ou seja, os ciclos produtivos do presente são alimentados com recursos produzidos em ciclos anteriores. Nesse ponto a pluriatividade apresenta-se como uma alternativa de obtenção de rendas monetárias destinadas a subsidiar parte dos gastos correntes e como instrumento de autofinanciamento das atividades agropecuárias, cuja produção bruta é destinada ao autoconsumo, e em alguns casos, o excedente é comercializado.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 Pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar

2.1.1 Pluriatividade: um conceito em evolução

Particularmente a partir dos anos 90, a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do círculo acadêmico, especialmente pelos estudiosos das ciências sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural (SCHENEIDER, 2003).

A efervescência de movimentos sociais do campo, suas novas (e também antigas) formas de pressão política e o reconhecimento crescente da agricultura familiar (que se mostrou capaz de oferecer abrigo a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, ambos integrados à agroindústria), enquanto categoria sujeita a políticas públicas, provocou, a partir da segunda metade dos 1990, uma verdadeira reorientação dos debates acadêmicos sobre ruralidade. Esse novo cenário permitiu que os estudiosos ampliassem seu escopo temático de pesquisas, abrangendo também os chamados temas emergentes, dentre eles o crescimento e expansão de unidades familiares pluriativas.

Como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do

qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (SCHENEIDER, 2003).

Este fenômeno - inicialmente chamado de *agricultura de tempo-parcial* ou *pluriactivité*, no vocabulário francês – passou a ser objeto de estudo no panorama internacional já na década de 70, a partir das primeiras (e diferentes) interpretações a respeito da diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores.

É sabido, porém, que o fenômeno atualmente denominado “pluriatividade” não representa uma situação inteiramente nova no modo de funcionamento das formações sociais e econômicas agrárias, visto que alguns autores considerados clássicos já haviam, cada qual a sua maneira e no seu contexto histórico, se dedicado a interpretar o tema. Dentre eles, os mais importantes são Karl Kautsky e Alexander Chayanov. É nos trabalhos desses autores que se encontram as primeiras referências ao “trabalho rural acessório” e a “outras atividades não-agrícolas”, entendidos como formas complementares de obtenção de renda e de inserção econômica de pequenos proprietários ou camponeses.

Segundo Karl Kautsky³, o processo de transformação estrutural da agricultura sob o capitalismo não elimina, necessariamente, as pequenas propriedades desde que elas desenvolvam “formas de trabalho acessório” (que podem ou não estar ligadas à agricultura) que lhes permitam manter sua reprodução social (KAUTSKY, 1980).

³ Em sua obra “A questão agrária”, publicada em 1899.

Segundo o autor, a possibilidade de persistência das pequenas propriedades camponesas somente é admitida sob a condição de que elas venham a assumir uma função acessória e complementar à grande empresa que, por sua vez, exercerá seu pleno domínio no terreno da produção agrícola. Tal função, segundo Kautsky, estaria relacionada à pouca disponibilidade de terra e às dificuldades de modernização tecnológica, o que restringe sua capacidade de concorrência e reduz sua renda a níveis que obrigam essas pequenas unidades a buscar uma atividade complementar ou, então, a abandonar definitivamente o campo.

De acordo com o autor, os tipos de ocupação acessória podem ser: o trabalho agrícola assalariado, a ocupação dos camponeses nas indústrias em domicílio e a fundação de indústrias no campo, que ocasiona a necessidade de trabalhos complementares para as famílias de pequenos proprietários.

Outro autor clássico a destacar a relevância das “atividades rurais não-agrícolas” foi Alexander Chayanov. Segundo este autor, a compreensão do funcionamento das unidades econômicas camponesas pressupõe a análise do modo através do qual as famílias solucionam seus problemas com vistas à manutenção de uma situação de equilíbrio, vital para garantir sua reprodução social. A avaliação subjetiva da família, portanto, é decisiva para definir o “grau de auto-exploração” das unidades econômicas camponesas no que se refere ao volume da atividade agrícola, à intensidade do trabalho e ao destino da produção. Tal avaliação tem como referência a manutenção do balanço entre trabalho e consumo.

Desse modo, nas situações em que a família não dispõe de uma quantidade suficiente de terra para suas necessidades, ou quando “sobram braços” para trabalhar, ela tende a buscar em “atividades artesanais e comerciais ou em outras atividades não-agrícolas” uma forma de ocupar a força de trabalho

para garantir o equilíbrio entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1974, p. 101).

Na literatura internacional contemporânea, dentro de uma corrente de pensamento social denominada Sociologia da Agricultura (Buttel, 1990), encontram-se os maiores avanços teóricos e metodológicos sobre o estudo da pluriatividade.

Apesar da multiplicidade de enfoques, grande parte dos estudiosos que atuam nestes ramos das ciências sociais acredita que a agricultura familiar encerra uma diversidade de situações e possui múltiplas estratégias de reprodução social. Terry Marsden (1986) e Anthony Fuller (1990) estão entre os autores do pensamento social contemporâneo que tem agregado valor na constituição de um arcabouço analítico para o entendimento da pluriatividade e temas a ela correlacionados.

Marsden afirmou que a pluriatividade decorre, em larga medida, das transformações engendradas pelo próprio processo de reestruturação capitalista da agricultura, que eclodiu com as mudanças profundas decorrentes da crise do modelo fordista de produção e consumo de massa vigente nos países desenvolvidos entre o pós-guerra e meados da década de 1970 (Marsden *et al*, 1986). De acordo com o autor, desde o início da década de 1990, estão em curso mudanças na política agrícola dos países desenvolvidos que estimulam à diversificação e ao aumento da produção, o que pode ser entendido como um indício de que o próprio Estado cria mecanismos novos de regulação social e econômica dos espaços rurais. Essas iniciativas vêm ao encontro do recuo do padrão fordista de produção em massa na agricultura (“pós-productivismo”) e contribuem para a disseminação de novas formas de reprodução da força de trabalho no meio rural, sendo a pluriatividade a expressão mais eloqüente desse redirecionamento (MARSDEN, 1995, p. 291). O espaço rural, que durante o

fordismo se limitara a cumprir funções produtivas agrícolas e alimentares, ganha novas atribuições, tornando-se um lugar onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas e ocupacionais. Essa nova forma de encarar o rural inaugura os debates sobre a multifuncionalidade da agricultura, principalmente com a reorientação das diretrizes da Política Agrícola Comum (PAC), que forneceu novas bases de apoio ao desenvolvimento da agricultura européia.

Já os trabalhos de Fuller interpretam a pluriatividade a partir dos mecanismos que as famílias estabelecem com o mercado e o ambiente externo, enfatizando que a natureza da divisão interna do trabalho exerce uma influência decisiva sobre as estratégias adotadas por elas. Nesse sentido, para Fuller, a pluriatividade se expressa em situações diversas de espaço e de tempo, ainda que se possa afirmar que sua característica fundamental seja a interação entre agricultura, unidade familiar e mercado de trabalho (FULLER, 1990).

2.1.2 O conceito de pluriatividade nas elaborações teóricas latino-americanas e brasileiras

A importância das atividades não-agrícolas na geração de empregos e ocupações para populações do meio rural vem ganhando destaque internacional. O relatório sobre o emprego de 2005 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) destaca que tanto o incremento da produção de alimentos como a geração de ocupações não-agrícolas devem ser consideradas estratégias complementares. O relatório da OIT considera que as atividades não-agrícolas são capazes de promover e incrementar o bem estar e a qualidade de vida rural em vários sentidos como reduzir o desemprego e a estacionalidade (sazonalidade) das ocupações, diminuir a pressão sobre as migrações rural-urbano e permitir o acesso a bens, alimentos e serviços (OIT, 2005).

Os trabalhos de Berdegú, Reardon e Escobar (2001), apontam que o emprego rural não-agrícola é responsável por cerca de 40% das rendas dos habitantes rurais da América Latina e há uma clara tendência apontando para seu crescimento na região. Segundo estes autores, a importância das atividades rurais não-agrícolas está no fato de que elas podem integrar soluções para três grandes problemas do mundo rural latino-americano, que são: a pobreza rural, a transformação do setor agropecuário e a modernização técnico-produtiva.

Outros estudos latino-americanos indicam que a renda advinda de atividades não-agrícolas tem especial impacto para populações mais pobres, muitas vezes significando a única renda monetária para estas famílias. Por estas razões, é cada vez mais aceito entre os estudiosos do mundo rural que se encontra em marcha um processo de diferenciação entre a agricultura e o espaço rural, especialmente a partir da década de 1990, pois se vem assistindo a um crescimento significativo de pessoas em idade ativa que residem nas áreas rurais, mas não estão ocupadas em serviços agrícolas. Este fenômeno reforça uma outra temática recorrente nos estudos agrários, que afirma que, além da função de produção de alimentos e matérias-primas, o espaço rural também se constitui em um lugar de moradia, de lazer, de identidade cultural, de preservação da natureza: a chamada agricultura multifuncional.

No Brasil, malgrado alguns esforços e mesmo com o crescente número de trabalhos científicos sobre o tema, o debate da pluriatividade ainda é embrionário. Embora escassos, entre os resultados de pesquisas e publicações pioneiras no Brasil pode-se citar os trabalhos de Anjos (1995), Carneiro (1996), Neves (1995, 1997) e Scheneider (1994, 1999). Nesse bojo, merece destaque o projeto coordenado por José Graziano da Silva a partir de 1999, denominado projeto Rurbano, que, dentre outros objetivos, se propôs a analisar aquilo que denominou de “novo rural brasileiro”, em referência ao crescimento expressivo

das atividades rurais não-agrícolas e da pluriatividade no campo brasileiro – desempenho este revelado pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 1992.⁴

Estudos mais recentes mostram que a explicação para o fenômeno da estabilização da PEA rural ocupada nas décadas recentes está no comportamento das pessoas com domicílio rural ocupadas em atividades não-agrícolas (aumento de mais de 1,5 milhão de postos de trabalho no período de duas décadas). Ou seja, o meio rural brasileiro já não é mais formado apenas por famílias que trabalham em atividades agrícolas, pois uma parcela expressiva (22%) combina as atividades agrícolas com outras não-agrícolas, configurando-se a pluriatividade, e outra menor (15%) habita no meio rural embora trabalhe exclusivamente em atividades não-agrícolas (Rubano, 2003).

2.1.3 Os elementos propulsores e a importância da pluriatividade

Caberia perguntar sobre os elementos propulsores da pluriatividade. São vários os fatores causais que estão na raiz da emergência das novas formas de emprego e obtenção de rendas para os agricultores.

O argumento tradicional refere-se à *própria modernização técnico-produtiva da agricultura*: a maior disponibilidade de tecnologias que usam cada vez menos força de trabalho gera uma subocupação e torna-se um fator que

⁴ Graziano da Silva (1999) tem sido um dos principais autores a defender a existência de uma nova dinâmica no campo brasileiro, marcada fundamentalmente pela urbanização. Em sua concepção o rural não pode mais ser associado à atividade agrícola como tradicionalmente o fora. Diante disso, o desenvolvimento rural seria alcançado pelo estímulo de um conjunto relativamente amplo de atividades não-agrícolas no meio rural que venham a gerar ocupação e renda para um subconjunto significativo de pessoas.

estimula os membros das famílias com domicílio rural a buscar ocupação em atividades não-agrícolas (PLOEG, 2000; WELLER, 1997).

Outros autores - chamando atenção para a precariedade dos dados estatísticos na identificação do peso das rendas não-agrícolas no meio rural - sustentam que a maioria das ocupações não agrícolas pode ser categorizada como “emprego refúgio” (WELLER, 1997 apud GUANZIROLI et al., 2001, p. 35), incluindo trabalhos de baixa qualificação como pedreiro, servente, domésticas, etc. Assim, a tendência seria a retomada do trabalho agrícola caso houvesse maior apoio público à agricultura.

Para sustentar sua argumentação, os mesmos autores destacam que o desenvolvimento da pluriatividade na Europa foi resultado do amplo apoio estatal à agricultura familiar, enquanto que no Brasil, até o momento, decorre da ausência deste, o que significa dizer que o desenvolvimento de uma forte política pública de apoio ao vasto contingente de produtores familiares descapitalizados ou semicapitalizados existente no Brasil poderia gerar inclusive um efeito multiplicador de empregos rurais não-agrícolas, não de baixa qualidade como os atuais, mas de alta qualidade como os europeus.

As mudanças nos mercados de trabalho também explicam (em determinadas situações) a expansão da pluriatividade no meio rural. A descentralização industrial, que busca os espaços rurais e gera a expansão de atividades não-agrícolas foi apontada por Schneider (1999) como uma das causas estruturais que estimularam a proliferação de práticas pluriativas entre agricultores familiares do Rio Grande do Sul frente à expansão das indústrias têxteis.

Mas sem dúvida, *a queda das rendas agrícolas* tem sido apontada como um elemento-chave na explicação da ocorrência de atividades pluriativas entre os agricultores familiares não só do Brasil, mas de todo o mundo. Uma

agricultura altamente modernizada e inserida em padrões de concorrência internacionais sofre, cada vez mais, os efeitos da dependência tecnológica, que implica em aumentos freqüentes e compulsórios dos custos de produção agrícola.

O incremento na capacidade instalada e produtiva da agricultura nem sempre se traduz em maior rentabilidade, pois os agricultores tornam-se, ao mesmo tempo, cada vez mais dependentes do consumo de insumos e bens intermediários e, também, dependentes dos preços de mercado, que em geral não se ajustam de forma proporcional aos custos de produção. O resultado se expressa na corrosão das rendas agrícolas, especialmente para aqueles agricultores mais vulneráveis. Ora, esta situação representa um estímulo à busca por complementos de renda em atividades não-agrícolas, o que acaba fazendo com que muitas famílias optem por este mecanismo.

Contudo, uma constatação a respeito do fator “*queda da renda*”, traz à tona uma questão instigante: a insuficiência da renda oriunda da agricultura atinge um contingente de agricultores muito maior que aqueles que recorrem à pluriatividade. Logo, a questão permanece: o que faz com que alguns se tornem (mesmo temporariamente) pluriativos e outros não?

É nesse aspecto que a tradição cultural, o saber fazer, a rede de sociabilidade – ou seja, o patrimônio cultural - se colocam como elementos definidores do recurso às práticas não-agrícolas. As estratégias familiares vão depender, além do capital econômico disponível - e, obviamente, das condições do mercado (de trabalho, sobretudo) - do patrimônio familiar, ou seja, das capacidades (individuais e coletivas) existentes para enfrentar a situação de queda do rendimento familiar (CARNEIRO, 1999).

Por outro lado, é necessário considerar também que, nem sempre, as estratégias familiares são formuladas visando a responder exclusivamente a

determinações de ordem econômica. Por exemplo, o esforço de manutenção de uma unidade produtiva agrícola, que é reconhecidamente inviável em termos econômicos, pode mobilizar estratégias familiares (pluriativas) motivadas pelo valor cultural expresso no patrimônio territorial e na atividade agrícola.

Essa é a perspectiva teórica adotada neste trabalho acadêmico: o recurso à pluriatividade é um componente de uma estratégia de reprodução social cujo significado na economia familiar nem sempre visa a responder a determinações de ordem econômica. Ela não é um fim em si, mas segue uma (ou várias) lógica(s) de reprodução social da família.

O desafio em promover o desenvolvimento rural levando-se em consideração o papel da pluriatividade pode ocorrer na medida em que ela possa apresentar alternativas a alguns dos principais problemas que afetam as populações rurais, tais como a questão do emprego, da renda, a sazonalidade, o êxodo dos mais jovens, a gestão interna da unidade familiar, entre outros. Segundo alguns estudiosos (SCHNEIDER, 2003; SILVA, 1999; ECHEVERRÍA, 2001; BERDEGUÉ et al. 2001; KINSELLA et al, 2000), a pluriatividade pode apresentar alternativas a um conjunto de problemas que afetam as populações rurais, tais como: elevar e estabilizar a renda familiar no meio rural, reduzir a sazonalidade dos ingressos, diversificar a economia local e desenvolver os territórios rurais, reduzir as migrações campo-cidade, estimular mudanças nas relações de poder e gênero. Segundo os autores citados, a pluriatividade pode gerar modificações nas relações de gênero e na hierarquia familiar a partir do momento em que alguns membros da família passaram a ter rendimentos e ocupações fora da propriedade.

O crescimento da pluriatividade das famílias que habitam o meio rural tende a incrementar outras funções não produtivas do espaço. Primeiro, a terra e a propriedade deixam de ser meramente um ativo econômico e ter a função de

fator de produção, passando a ter um sentido patrimonial à medida que cresce sua função como local de moradia da família. Segundo, e como consequência do anterior, o próprio espaço rural modifica-se e ganha novos sentidos (ressemantização), pois deixa de ser apenas o espaço da produção agrícola e valoriza-se pelas suas funções paisagísticas, gastronômicas, étnicas, culturais, ambientais, etc; enfim, pelas amenidades rurais não tangíveis. Por conta desses ‘novos atributos’ surgem no espaço rural demandas que se prestam à exploração mercantil do consumo vinculado aos bens não-tangíveis como as diversas formas de turismo rural, artesanato, visitas a paisagens, usos ambientais, etc.

2.2 Racionalidades camponesas e reprodução social

O debate sobre as estratégias de reprodução social (particularmente da agricultura familiar) está intrinsecamente vinculado ao conceito de lógicas ou racionalidades que norteiam tais estratégias. Vários pensadores, dentre eles economistas, antropólogos, historiadores, sociólogos e outros profissionais ligados às ciências sociais aplicadas se lançaram na difícil tarefa de compreender e teorizar sobre os princípios que regem a conduta de formações sociais agrárias de várias partes do mundo e tentar responder à seguinte questão: que tipo (s) de racionalidade (s) orienta (m) o comportamento camponês e conferem sentido às suas ações?

Alexander Chayanov – autor anteriormente citado e que segundo alguns estudiosos realizou a mais completa tentativa de teorização a respeito do comportamento econômico camponês⁵ - defende a idéia de que o agricultor segue uma lei básica para a organização da sua vida social: o equilíbrio entre o

⁵ Em sua obra “A organização da unidade econômica camponesa”, publicada em 1920.

trabalho e consumo. Segundo essa lei, o uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares. Inversamente, uma vez o consumo familiar assegurado, será atribuído um valor cada vez menor a cada unidade adicional de trabalho. Nesse sentido, “o volume da atividade familiar depende inteiramente do número de consumidores e de maneira alguma do número de trabalhadores” (CHAYANOV, 1986, p.78).

A sua teoria torna-se completa a partir de três conceitos principais: (a) a natureza estritamente subjetiva a respeito do julgamento entre satisfação da demanda e penosidade do trabalho; (b) a renda familiar é um todo indivisível único porque a própria família é um organismo econômico único; (c) auto-exploração do campesinato – é da relação entre penosidade do trabalho/satisfação do consumo que vai depender a escolha da família com relação ao volume da sua atividade agrícola, à venda de suas safras, ao uso de financiamentos e insumos externos.⁶

Jerzy Tepicht – contemporâneo de Chayanov – acreditava que o comportamento do campesinato revelava a grande virtude da economia camponesa: a sua capacidade de submissão. A permanência na condição camponesa, longe de representar uma conquista ou mesmo uma opção, exprime inferioridade. A sua eficácia em sobreviver está justamente na sua capacidade de sofrer.

Tepicht encontra uma orientação (de natureza marxista) no *modus operandi* do campesinato para o desenvolvimento do capitalismo: a família camponesa cumpre a função importante de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores ao das grandes empresas, pois esta não exige,

⁶ O comportamento do camponês é determinado por uma dinâmica fundamentalmente interna à família (o que inclui a sua história demográfica), cujo objetivo econômico principal é organizar o ano de trabalho para atender a demanda da família, até mesmo o desejo de poupar ou investir capital, quando possível.

para se manter na atividade, a obtenção da taxa média de lucro. A sociedade encontra nela uma fonte importante de trabalho gratuito. Essa característica, se de um lado apóia-se sobre a organização interna da família camponesa, de outro não pode ser entendida fora do ambiente sócio-econômico no qual essas famílias vivem⁷.

Cientes de que, sem a compreensão dos fatores que presidem a tomada de decisão por parte dos agricultores dificilmente ter-se-ia êxito na implementação de políticas de modernização (principalmente nos países subdesenvolvidos) é que surgem, durante os anos de 1960, uma quantidade significativa de modelos microeconômicos sobre o comportamento camponês (ABRAMOVAY, 2007). Dentre estes, os principais são aqueles que conferem à racionalidade camponesa o atributo de:

(i) Maximizadora de lucro: considera os pequenos agricultores “pobres, mas eficientes”. Apresenta a agricultura tradicional não como retrógrada ou conservadora, mas como um sistema coerente e racional de uso dos fatores e cujo funcionamento é praticamente perfeito⁸. Segundo esta vertente, os pequenos agricultores se conduzem de maneira equivalente às empresas modernas e seu resultado traduz a conduta maximizadora de lucros: não só é capaz de utilizar seus insumos de maneira a obter a maior quantidade possível de produto, mas, mais do que isso, minimizando os custos e maximizando os resultados da produção⁹.

(ii) Minimizadora de riscos: essa vertente contesta a anterior pelo fato de que é exatamente pelo discernimento de levar em conta o fator risco que os agricultores tradicionais não podem nortear-se pelo comportamento maximizador de lucros. Com isso, o traço decisivo da personalidade do

⁷ Jerzy Tepicht apud Abramovay, 2007, p. 73.

⁸ Este modelo tem em Theodore Schultz (1964) sua principal referência.

⁹ Na microeconomia esse conceito é denominado de *eficiência alocativa*.

campesinato seria justamente o constrangimento a uma permanente subutilização de sua potencialidade produtiva com o objetivo de evitar o risco¹⁰;

(iii) Aversão à penosidade: retoma o pensamento chayanovista da relação entre as necessidades de consumo da família e o trabalho necessário para que sejam atingidas (natureza subjetiva do equilíbrio econômico camponês). Não é, como em Schultz, a produtividade marginal dos fatores que orienta as decisões de investimento dos agricultores. Esta produtividade marginal é objeto de uma avaliação subjetiva cuja base não é os preços de mercado, mas sim o esforço despendido para se atingir a produção de subsistência e, portanto, a tendência à renúncia desse esforço tão logo as necessidades básicas tenham sido encontradas¹¹.

Uma outra forma de enxergar a racionalidade dos agricultores está fundamentada na constatação de que, sendo este mais um *modo de vida* do que um tipo econômico, sua racionalidade apresenta sérios limites para adaptá-lo às condições de mercado. Ricardo Abramovay, no livro “Paradigmas do capitalismo agrário em questão” afirma que:

...é nos mercados em que se insere que se constitui, sob o ângulo econômico, a sociabilidade camponesa. É, portanto, na maneira como vende os produtos de seu trabalho e compra os elementos necessários a sua reprodução, nas estruturas determinantes de suas relações mercantis, que reside o segredo de sua organização econômica interna. Aí se encontram os fatores explicativos das racionalidades camponesas. (ABRAMOVAY, 2007, pag. 114)

¹⁰ O autor de referência desta corrente de pensamento sobre o comportamento microeconômico do camponês é Michael Lipton (1968).

¹¹ Este modelo tem em Mellor (1963), Sen (1966) e Nakagima (1969) seus principais representantes. Mellor, Sen, Nakagima *apud* Abramovay, 2007.

Valendo-se das idéias do economista Frank Ellis (1988), Abramovay define o comportamento do campesinato (baseado numa racionalidade econômica incompleta) como uma integração parcial em mercados imperfeitos. Ela é parcial indicando não só que parte da subsistência vem da autoprodução, mas também de certa flexibilidade nas relações com o mercado, do qual o camponês pode freqüentemente se retirar, sem com isso, comprometer sua reprodução social.

Os modelos conceituais e analíticos até aqui apresentados abordam a interpretação das lógicas ou racionalidades que presidem o comportamento dos agricultores familiares a partir de um foco estritamente econômico. Este “econômico” não necessariamente designa a racionalidade instrumental capitalista - na perspectiva weberiana - mas inclui também a dimensão da gestão dos recursos produtivos. Em que pese a sua importância, é preciso considerar outras condicionantes - e não somente as de ordem econômica - que igualmente influenciam na natureza do processo de reprodução social de famílias agrícolas.

De acordo com Carneiro (1999), o próprio exercício da pluriatividade executado por um ou vários membros da família pode desempenhar diferentes funções e assumir significados diversos nas trajetórias familiares - de acordo com a lógica da dinâmica de reprodução social – impossíveis de serem homogêneas simplesmente pela sua magnitude econômica, como, por exemplo, 20% da renda familiar (CARNEIRO, 1999). Como já fora mencionado, os agricultores familiares podem mobilizar estratégias familiares (pluriativas) motivadas pelo valor cultural expresso no patrimônio sócio-territorial *per si*.

Diante desse desafio, esta autora se propôs a construir tipologias de famílias agrícolas voltada para a análise de processos sociais, centrada na lógica de reprodução social e nas diferentes estratégias sociais a estas implícitas, com o

intuito de dimensionar a capacidade das unidades familiares em implementar trajetórias sociais ascendentes ou descendentes - fruto da correlação entre as perspectivas de ficar ou não na atividade agrícola. São elas:

1. Família agricultora de caráter empresarial (ou o chamado, "verdadeiro agricultor"): cuja lógica de reprodução social é determinada pela realização de uma produção orientada para o mercado, obedecendo à satisfação de índices de rentabilidade e de produtividade crescentes; lograram implementar trajetórias ascendentes pautadas no padrão hegemônico de modernização agrícola.

2. A família camponesa: cuja lógica da atividade agrícola não é dada, em termos de prioridade, pela busca de taxa de produtividade e de rentabilidade crescentes, mas pelo esforço de manter a família em determinadas condições culturais e sociais, isto é, a manutenção da propriedade familiar e da exploração agrícola. A família é um valor que se impõe à produção embora seja indissociável da propriedade e da exploração agrícola. A multiplicidade de estratégias individuais e familiares deriva das fracas condições de produção: recorre-se a vários meios para manter a unidade de produção e garantir a reprodução social estruturalmente ameaçada. O esforço de preservação do patrimônio territorial familiar se confunde, aqui, com o exercício da atividade agrícola ainda que esta, em muitos casos, não seja mais suficiente para a manutenção do grupo familiar.

3. A família agrícola "urbana": não se orienta prioritariamente pelos padrões produtivistas mas também se distingue da "família camponesa" apesar de resgatar alguns de seus valores e de expressar um forte vínculo com uma localidade particular. Esse modelo de família rural repousa sobre um sistema de valores próprios (em elaboração) que orienta a produção agrícola, não em função do lucro e da produtividade crescentes, mas para a melhoria da qualidade de vida, sem deixar de considerar a realidade do mercado e, obviamente a

capacidade de retomo dos rendimentos dele provenientes. A diversificação da produção e das fontes de renda - o recurso à pluriatividade - são características desse tipo de agricultura familiar. Essa nova forma de unidade familiar de produção agrícola se caracterizaria não mais pela organização coletiva (familiar) do trabalho e do consumo, mas pela capacidade de gerar coletivamente o capital econômico, social e cultural.

4. Os recém-assentados rurais de origem urbana, para quem a relação com a terra é uma alternativa às restrições do mercado de trabalho urbano, onde a baixa remuneração da mão-de-obra desqualificada e o crescente custo da reprodução social na cidade impulsionaram a migração cidade-campo como uma alternativa às limitações impostas à sobrevivência na cidade (Alentejano, 1997). A chamada “tradição” ou “vocação” agrícola não constitui uma marca cultural significativa na trajetória destas famílias.

2.3 Assentamentos rurais: aspectos relevantes ao debate

Mais do que representar a etapa final de uma longa jornada de lutas e conquistas, a constitui o dos assentamentos significa a abertura de novos horizontes de vida e de trabalho.   ao mesmo tempo um ponto de chegada e um ponto de partida para homens e mulheres que retomam trajetórias interrompidas e laços familiares, estabelecendo novos espaços de sociabilidade comunitária e novas situa o de inser o econ mica, política e social. (Medeiros et al, 2004).

Nesta parte do referencial teórico, apresentaremos os principais elementos que consideramos ser de significativa relevância para a compreensão dos assentamentos rurais, sendo que na fase empírica desta pesquisa foram

entrevistadas famílias de agricultores beneficiárias de um programa de reordenação fundiária.

Nos últimos anos têm crescido o número de pesquisas voltadas para o estudo dos assentamentos rurais no Brasil e sobre o significado e a importância dos mesmos nos ambientes em que estão inseridos. Estes estudos têm sido de fundamental importância para a formulação, implementação e avaliação de programas e políticas públicas ligadas à reorganização fundiária e ao desenvolvimento rural. Porém, para além dos interesses governamentais, as pesquisas destinadas à compreensão da realidade agrária do país têm sido apropriadas por uma diversidade de forças políticas e sociais (favoráveis e contrárias à reforma agrária) para fundamentar e orientar suas estratégias de intervenção na sociedade.

O termo “assentamento” apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países. De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária (BERGAMASCO; NORDER, 2001).

Há tentativas importantes no sentido de conceituar os termos “assentamento” e “assentado”. Para Andrade et al (1989), o termo “assentamento” parece ter surgido no âmbito da burocracia estatal, e refere-se às diversas etapas da ação do Estado ao visar a ordenação ou a reordenação de recursos fundiários.

De uma forma geral, a trajetória dos assentamentos rurais envolvem, segundo Esterici et al (1992), quatro situações fundamentais:

- (a) diversos tipos de intervenção se fazem por parte de governos, entidades de apoio, entidades representativas dos trabalhadores, movimentos sociais e partidos;
- (b) trajetórias individuais e familiares reconhecidamente heterogêneas se cruzam;
- (c) realizam-se diversas formas de cooperação, empregos de tecnologias de natureza diversificada, de relação com o meio ambiente, iniciativas de organização comunitária e participação política, enfim, novos padrões de sociabilidade;
- (d) o estabelecimento – por parte dos diversos atores envolvidos – de discussões acerca da implantação de modelos econômicos e sociais que incluam as diversas categorias e perfis de produtores presentes (extrativistas, os integrados à agroindústria, as comunidades quilombolas e tradicionais, dentre outros).

Segundo o Banco de Dados da Luta pela Terra (NERA, 2010), foram criados no Brasil, de 1979 a 2009, cerca de 8.620 assentamentos rurais, implicando no assentamento de 1.015.918 famílias. O mapa abaixo mostra a distribuição geográfica dessas unidades:

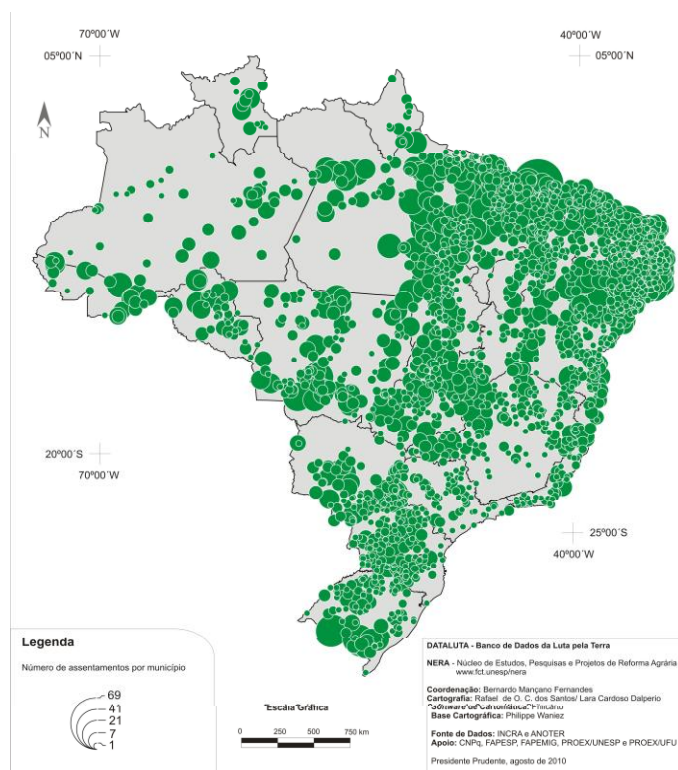


Figura 1 Distribuição geográfica dos assentamentos rurais no Brasil (1979-2009)
Fonte: DATALUTA (2010)

As origens dos assentamentos de reforma agrária englobam situações bastante diversificadas, relacionadas a processos de regularização fundiária, áreas improdutivas ocupadas por movimentos sociais (exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) ou sindicatos de trabalhadores rurais, reservas extrativistas fruto da luta de seringueiros, áreas de conflito geradas pela expulsão de trabalhadores, projetos de intenso impacto na (re) organização territorial da localidade, requerendo o re-assentamento de pessoas – como no caso dos atingidos por barragens - dentre outras modalidades. Em todas elas, na

medida em que se criam territórios sob gestão do Estado, surge uma nova categoria: “os assentados”, que passam a ser alvo privilegiado de políticas públicas às quais não tinham acesso anteriormente (LEITE et al., 2004) Além das suas condições de origem, podem ser inúmeros os fatores (do ponto de vista teórico) que, atuando em conjunto ou isoladamente, contribuem para a definição dos projetos de assentamento, como por exemplo: (a) *Condições anteriores à criação do PA* – como as atividades econômicas já desenvolvidas na área, a situação do solo e dos recursos naturais, as relações sociais e culturais estabelecidas; (b) *A trajetória individual e social das famílias* – locais de origem, profissões e trabalhos anteriormente desempenhados pelas famílias assentadas; (c) *Ação de grupos mediadores/interventores* - assessoria de ONG’s, partidos, igrejas, movimentos sociais, universidades ou mesmo do próprio INCRA, e que influenciaram na estrutura e nos métodos organizativos do PA; (d) *Políticas governamentais* – o acesso às políticas públicas de apoio à consolidação e estruturação do PA, como a liberação dos créditos iniciais (moradia, instalação, infra-estrutura) e à capacidade de ação operacional para a reorganização fundiária - pelos órgãos competentes - envolvendo titulação das terras, divisão dos lotes e a demarcação de reserva legal; (e) *Acesso ao crédito* – tanto de fontes governamentais e não-governamentais, e também em relação à construção de estratégias de financiamento para projetos de curto, médio e longo prazo; (f) *Sistemas de produção* – capacidade de desenvolver projetos e sistemas de produção adaptados às condições existentes, formas alternativas de manejo, cultura e tecnologias (como agroecologia, agrofloresta, permacultura, tecnologias sociais em geral) ou mesmo a incorporação do chamado “*pacote tecnológico moderno*”, através da tecnificação e produção intensiva em capital; (g) *Infra-estrutura regional* – características relacionadas às possibilidades e condições de escoamento da produção, mercado consumidor, infra-estrutura de

transportes e armazenamento oferecidas pela região onde o PA se encontra; *(h) Capacidade organizativa* – referente às condições subjetivas e objetivas do agrupamento social, como a propensão à trabalhos cooperativos, pré-disposição para a constituição de arranjos solidários e de reciprocidade nos trabalhos coletivos e a adoção de tecnologias organizacionais diversas; *(i) Influência política* – capacidade de intervenção e reivindicação política do assentamento e conquista de ganhos e legitimidade econômica e social perante às comunidades vizinhas e às populações dos municípios próximos (LEITE et al., 2004).

Em cada assentamento, as formas sociais de produção podem adquirir características que se fundamentam na trajetória do próprio grupo. A organização social anterior à conquista da terra geralmente permanece como referencial importante para a determinação das variadas e criativas formas solidárias na produção agropecuária.

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), as formas de trabalho conjunto nos assentamentos trazem vantagens econômicas, sociais e políticas, pois permitem que os poucos recursos produtivos, inclusive a quantidade e qualidade da terra, sejam utilizados mais adequadamente por todos e todas, além de reforçar sua capacidade de reivindicação para resolver problemas sociais e econômicos. Mutirão¹², associação e cooperativismo estão entre as práticas sociais que freqüentemente tem contribuído para o melhor desempenho dos assentamentos. Entre o modelo mais individual-familiar e o totalmente coletivizado existem, todavia, graduações e inúmeras combinações específicas. De qualquer forma, no processo de organização interna dos assentamentos, os preceitos da liberdade individual, da democracia e da justiça

¹² O mutirão é uma prática antiga e comum entre s agricultores familiares em muitos países e refere-se à realização de determinadas tarefas – como a limpeza do terreno para início do cultivo – com a ajuda de parentes, vizinhos e amigos, sem que haja qualquer contrato por escrito ou pagamento monetário.

ou estão completamente associados ou nenhum deles poderá realmente existir. (BERGAMASCO; NORDER, 2001).

2.3.1 Renda, pluriatividade e condições de vida das famílias assentadas

Diversos estudos (baseados em amostras localizadas) abordam a utilização, pelos assentados, de diversas estratégias visando à reprodução e ao aperfeiçoamento do seu modo de vida. O artigo intitulado “Impactos econômicos dos assentamentos rurais no Brasil: análise das suas dimensões regionais” (LEITE et al, 2004)¹³ considera importante ter em mente que os recursos oriundos da comercialização dos produtos agropecuários produzidos no lote não são a única fonte de rendimentos familiares, ainda que tenham um peso importante em todas as áreas analisadas. A reprodução das unidades familiares rurais ultrapassa a dimensão exclusivamente agropecuária, mesclando um conjunto de iniciativas que viabilizam financeiramente o grupo doméstico. Dada a dimensão da pesquisa e da complexidade de análise da renda na agricultura familiar, ao invés de renda monetária, o artigo trabalha com a noção de “capacidade de geração de renda”. Os tipos de rendimentos considerados foram três: a renda oriunda da comercialização dos produtos do lote, as rendas advindas do trabalho realizado fora do lote e, por fim, outras rendas e ajudas financeiras recebidas (aposentadorias, pensões, etc).

¹³ O estudo analisa os efeitos econômicos locais e regionais derivados da implantação de projetos de assentamentos rurais em seis regiões brasileiras: Sul da Bahia, Sudeste do Pará, entorno do Distrito Federal, Zona canavieira nordestina, Oeste Catarinense e Sertão do Ceará. A pesquisa privilegiou para tanto uma avaliação das condições de vida das famílias assentadas, das atividades produtivas e de comercialização, do acesso ao crédito, da dimensão fundiária e da geração de postos de trabalho.

A análise da composição dos rendimentos relativos à safra 1998/1999, mostra não só a importância da “renda do lote” em todas as *manchas*¹⁴, como também o peso de outras fontes de rendimento, como as aposentadorias e pensões e as diversas formas de trabalho externo. Na média geral, a renda do lote corresponde a 69%, as atividades de trabalho externo a 14%, e os benefícios previdenciários a 17%, com diferenças regionais que ficam evidentes. Os rendimentos médios brutos mensais da família, para o conjunto da amostra, são de R\$ 312,42 (LEITE et al, 2004).

Baseados numa pesquisa realizada pela FAO em 1994, Norder e Bergamasco (2001) assinalam a existência de diversos fatores que estimulam a diferenciação no processo de geração de rendas entre as famílias de assentamentos rurais, tais como: a existência ou não de apoio governamental ao aprimoramento técnico-econômico dos projetos; a qualidade e o tamanho do solo; o acesso ao crédito; a experiência e os prévios recursos financeiros e produtivos de cada família; o sistema local e regional de comercialização da produção; a distância e o acesso aos centros consumidores e mercados de trabalho.

Mesmo que a sua ocorrência dependa de um conjunto de questões que tornam a sua compreensão ainda mais complexa, a pluriatividade constitui uma prática bastante comum nos assentamentos rurais e mesmo com a pluralidade de conceitos e interpretações sobre o tema, a constatação entre os estudiosos da

¹⁴ Segundo os autores, o uso do termo *mancha* faz parte da metodologia do projeto e foi adotado no sentido de caracterizar uma região, marcada pela concentração de projetos e famílias assentadas, não necessariamente delimitada por recortes político-administrativos, podendo envolver um conjunto de municípios dentro de um mesmo estado ou mesmo municípios contíguos de diferentes unidades da federação. Uma possibilidade, segundo eles, seria também tratar o fenômeno como uma espécie de “aglomerado” de projetos de reforma agrária, buscando chamar atenção para esta concentração demográfica.

área de que os assentamentos são uma variedade específica da agricultura familiar é bastante rotineira.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Considerações iniciais

Neste tópico apresentaremos as escolhas metodológicas que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa. Diante da natureza e dos objetivos deste trabalho, foi necessário considerar alguns pressupostos teóricos que acabaram por fazer certas “exigências” ao estudo em questão. São eles: (a) a família como unidade fundamental de análise e (b) a diversidade de significados que as atividades extra-agrícolas podem assumir na dinâmica de reprodução social.

3.1.1 A família como unidade fundamental de análise

A unidade de análise serve para fixar o campo de observação dos fenômenos empíricos e funciona como um recurso heurístico e metodológico que recorta o objeto da análise sociológica.

A unidade que serviu de referência metodológica, e que se constituiu em *locus* privilegiado de observação sociológica, foi a família do assentamento,¹⁵ pois “é no âmbito familiar que se discute e se organiza a inserção produtiva,

¹⁵ A família é entendida nesta pesquisa como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra para cultivo agrícola. Está ligada por laços de parentesco e consangüinidade (filiação), podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção). (Schneider, 2003).

laboral, social e moral de seus integrantes, e é em função desse referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas que visam a garantir a reprodução do grupo. Embora seu objetivo seja a reprodução material, cultural e moral do grupo, não há, para tanto, caminho predeterminado ou estratégias definidas *ex ante*” (SCHNEIDER, 2003).

3.1.2 “Pluralidade” de significados das atividades pluriativas

Maria José Carneiro no artigo intitulado “*Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas*”, analisa a pluriatividade numa perspectiva interpretativa, ou seja, um conceito que designa um processo social plural.

Encaradas a partir deste prisma, as práticas pluriativas são definidas, segundo a autora, pelo *campo de possibilidades* da realização dos projetos familiares, entendidos como:

Por *campo de possibilidade* entende-se o espaço para formulação e implementação de projetos, no caso, definido pela combinação das condições sócio-econômicas e fatores peculiares às unidades familiares, tais como: o capital cultural, o capital material, a fase do desenvolvimento do grupo doméstico, composição etária e sexual dos membros da unidade familiar e posição dos indivíduos que desenvolvem a atividade não agrícola na hierarquia familiar. (Carneiro, 1999).

É da relação entre o campo de possibilidades e o contexto sócio-econômico externo que as famílias constroem suas estratégias de reprodução social. As diferentes implicações do recurso às práticas não-agrícolas podem expressar trajetórias sociais, culturais e econômicas variadas que afetam, de

forma diferenciada, as dinâmicas das formas sociais da agricultura familiar com efeitos sobre seus padrões de bem estar social e cultural.

Nesse sentido é importante destacar que a pluriatividade exprime uma ampla diversidade de possíveis inserções nos mercados – assalariamento, prestação de serviços, comércio, manufatura, dentre outros - que assumem significados distintos nas trajetórias familiares, impossíveis de serem compreendidos simplesmente pela sua mensuração quantitativa – como, por exemplo, a sua participação percentual na renda familiar total.

Adotamos, portanto, enquanto alternativa metodológica, a incorporação das análises qualitativas às análises quantitativas para compreender o peso e o significado que a pluriatividade assume no processo de reprodução social das famílias do assentamento Santo Dias.

3.2 Atividades de campo, metodologia e método

A primeira *vivência*¹⁶ foi de aproximadamente 15 dias no assentamento (realizada em maio de 2010), tendo por objetivo a (re) configuração de questões norteadoras e dos objetivos da pesquisa, além da obtenção de informações secundárias. Entendemos também por vivência a possibilidade de estar no campo não só utilizando um conjunto articulado de métodos para coleta de informações da pesquisa, como também trabalhando com a reflexão sobre a adequação de tais escolhas. Neste momento pudemos participar de reuniões dos núcleos de base, do setor de produção, da coordenação da área e do conselho

¹⁶ Expressão utilizada por Magrini (2010, pg.39) para designar atividades de campo.

administrativo e fiscal da associação¹⁷. Além desses espaços formais, vivenciamos também atividades do cotidiano dos moradores, como passeios, visitas aos sistemas de produção, rodas de conversa, almoços coletivos, dentre outros. Durante a vivência, foi perceptível como a dinâmica populacional do assentamento se modifica quando os assentados (as) começam a trabalhar na “panha” do café.¹⁸

Após esta estada inicial, de caráter mais exploratório, realizamos outras visitas à comunidade no decorrer dos meses seguintes, quando pudemos participar da festa junina (junho de 2010), da comemoração dos festejos de Nossa Senhora de Aparecida do Sul (agosto de 2010) além de espaços promovidos pelo grupo *Gênero e Diversidade em Movimento*¹⁹ juntamente com o grupo de mulheres do assentamento chamado “*Olhos D’água: produzindo e preservando*”.

A *observação* foi uma técnica importante para esta pesquisa, pois é o método que melhor capta as ações em desenvolvimento, proporcionando ao pesquisador meios para apreender a noção de processo na vida social. (ALENCAR, 1999). Ela norteou a postura do pesquisador nas atividades de campo acima descritas.

Segundo Alencar (1999), os métodos de observação podem ser divididos em duas categorias: a “*participante*” e a “*não-participante*”. Mesmo sabendo das limitações no que diz respeito ao “grau” de participação, consideramos que

¹⁷ São instâncias internas das divisões político-organizativas (DPO’s) do ASD, de acordo com o modelo de organização de áreas de reforma agrária proposto pelo MST. Ao longo desse trabalho, teceremos comentários a respeito dessas divisões.

¹⁸ “Panha” do café consiste no assalariamento temporário como “bóia-fria” na colheita de café das fazendas da região, que vai de maio a agosto.

¹⁹ GEDIM: grupo de pesquisa e extensão universitária que se dedica a desenvolver atividades relacionadas à temática *relações de gênero*. Está atualmente vinculado ao Departamento de Administração e Economia da UFLA.

nossas observações seguiram uma perspectiva participante²⁰: por mais que nos esforcemos, nossa experiência de vida é completamente diferente da das famílias do assentamento; evitamos nos posicionar diante de situações polêmicas e/ou temas delicados, o que restringe o caráter totalmente participativo da técnica.

À medida que partimos de observações mais amplas, de natureza descritiva, para observações mais focalizadas e seletivas (de acordo com as avaliações parciais realizadas no intervalo de cada atividade de campo), passamos a definir a amostragem de famílias para a aplicação dos *questionários semi-estruturados*. Primeiramente procuramos averiguar se a prática das atividades extra-agrícolas ocorria de forma isolada (restrita a algumas famílias ou grupo de famílias) ou se era um fenômeno comum à vida produtiva do assentamento como um todo.

Segundo Magrini (2010), residem no ASD cerca de 130 pessoas - ao todo são 47 famílias²¹. Excluindo os solteiros (17) e aquelas famílias formadas por casais que não possuem filhos ou agregados (6), restam 24 unidades familiares que apresentam uma característica fundamental para o estudo da pluriatividade e das estratégias de reprodução social segundo as intenções desta pesquisa: a presença de filhos e filhas no ciclo demográfico familiar.

Foi utilizada uma *amostragem do tipo não-probabilística*. Neste tipo de amostragem, a probabilidade de um determinado elemento pertencer à amostra não é igual à dos restantes dos elementos (não seguimos, portanto, os princípios básicos da teoria das probabilidades) (MAROCO, 2007). Esse tipo de amostra é

²⁰ A *observação participante* consiste na participação do pesquisador no cenário social em questão, ou seja, o pesquisador se junta ao grupo estudado, sendo observador e, ao mesmo tempo, uma das pessoas observadas.

²¹ De acordo com a classificação do INCRA, também são consideradas famílias aquelas formadas por apenas 01 (uma) pessoa, ou seja, solteiros (as), viúvos (as), divorciados (as) e desquitados (as).

apropriado aos trabalhos em que a generalização dos resultados não constitui uma preocupação central, o que é o caso desta pesquisa.

A seleção das famílias entrevistadas deu-se de acordo com a *conveniência* (acessibilidade para a aplicação do questionário) e *juízo* (para atingir os objetivos em mente, definimos apenas que as famílias compostas por pai, mãe, filhos e/ou agregados participariam das entrevistas). Ao todo foram 7 (sete) famílias abordadas. As entrevistas foram realizadas nos domicílios das famílias, geralmente no período da noite, nos momentos de descanso das mesmas.

Para a realização das entrevistas optamos pelo *questionário semi-estruturado* (questões abertas e fechadas), construído a partir de seis eixos principais: (I) Perfil familiar; (II) Dados da propriedade; (III) Unidade de produção agrícola; (IV) Unidade de produção animal; (V) Estrutura e composição da renda; (VI) Estrutura de gastos correntes e montante revertido para a atividade agropecuária.²² A partir das informações sistematizadas dos seis eixos, elaboramos dois tipos de perfis: um particular (de cada família) e um genérico (envolvendo o conjunto de famílias).

Realizamos um esforço permanente de, a cada ida a campo, a cada informação relevante obtida e a cada sistematização parcial destas informações, confrontar o nosso problema de pesquisa com as avaliações e reflexões parciais elaboradas, para averiguar a ocorrência de situações novas e novos focos de análise e observação. Esse processo de pesquisa flexivo e não-estranho é chamado de *circular ou interativo*, representado na figura a seguir:

²² Os dados referem-se ao ano-safra 2009-2010.

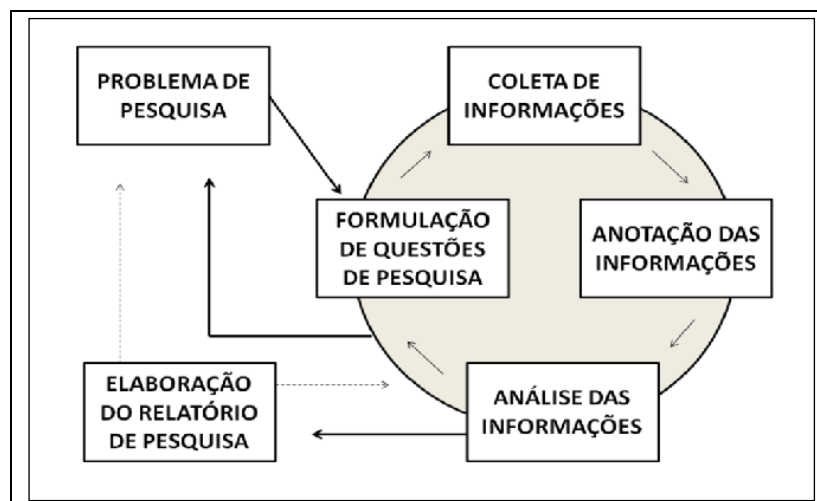


Figura 2 Processo circular de pesquisa nas ciências sociais
 Fonte: Alencar (1999 p.29). Adaptado do esquema de Spradley (1980)

Segundo Alencar (1999), o processo circular caracteriza-se basicamente pela seqüência de análises parciais (trabalho de campo – análise – trabalho de campo – análise), o que significa que as pressuposições do pesquisador, ao iniciar o estudo, podem ser modificadas durante o próprio processo de investigação, acarretando, por seu turno, a reformulação das questões de pesquisa, ou, até mesmo, do problema de pesquisa. Seria, na linguagem de Denzin e Lincoln (1994), *a reconstrução social da realidade*.

Foi com base nessa seqüência de análises parciais que sentimos a necessidade de obter informações a respeito de três elementos que influenciam o desempenho social e econômico das famílias pesquisadas - essa percepção deu-se após a sistematização parcial das informações extraídas do questionário semi-estruturado: (a) os núcleos de base; (b) o associativismo; (c) a política pública de apoio à comercialização.

Outra técnica utilizada foi a *pesquisa documental*, que consiste numa rica fonte de dados de natureza diversificada. Contudo, a palavra “documentos” deve ser entendida de forma ampla, incluindo os materiais escritos como jornais, revistas, cartas, relatórios, memorandos, atas e também os de natureza áudio-visual, como vídeos, fotos e gravuras (GODOY, 1995).

As principais fontes analisadas foram:

- Projetos: Pequenos *Programas e Projetos Ecosociais*, financiados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, em 2006), *Projeto de Apoio a Agricultura de Pequena Escala* (financiado pela empresa Furnas Centrais Elétricas, em 2009);
- Atas: das reuniões dos conselhos administrativo e fiscal da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias (AAFASD), realizadas entre janeiro de 2009 a maio de 2010;
- Trabalhos acadêmicos: os trabalhos de Costa (2008) e Magrini (2010).

Dados referentes aos núcleos e associação foram adquiridos via documentos internos e outros trabalhos acadêmicos realizados na área (MAGRINI, 2010; COSTA, 2008, RESENDE, 2008, AMARAL, 2009); dados sobre o programa de apoio à comercialização da produção foram obtidos via questionário eletrônico respondido por um dos coordenadores do programa denominado *Barriga Cheia*, indicado pela prefeitura.

Todos esses procedimentos metodológicos foram realizados com vistas à *triangulação de informações*, que, segundo Magrini (2010), consiste no cruzamento de informações primárias, secundárias e de natureza histórica do contexto do assentamento²³, visando a atender às necessidades de compreensão

²³ Para o conhecimento da região em que o assentamento está localizado, utilizamos de informações secundárias disponíveis sobre o território Médio Rio Grande.

da dinâmica que compõe a realidade social do objeto a ser estudado. Existem vários tipos de triangulação: segundo a fonte de dados, metodológica (uso de múltiplos métodos para se estudar o problema), teórica (adoção de múltiplas perspectivas teóricas) e interdisciplinar (profissionais de diferentes especialidades). Nesta pesquisa, a triangulação visa principalmente a harmonizar as análises qualitativas com as análises quantitativas, no intuito de abranger a máxima amplitude de descrição, explicação e compreensão do foco em estudo (Trivinos, 1987).

4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

“Há mares que têm fim.
Há mares que não têm fim,
como o mar de Minas...”.
(Rubem Alves)

Neste tópico apresentaremos as principais estatísticas referentes à região onde o ASD está localizado, chamado de Território Médio Rio Grande. Achemos desnecessário realizar a caracterização do município de Guapé em separado do seu entorno geopolítico. A razão principal para esta escolha reside no fato de que, a comunidade do ASD (o que inclui as sete famílias pesquisadas) relaciona-se com o território, e não exclusivamente com o município. É no território que residem os filhos casados, as fazendas de café, as agroindústrias processadoras, os centros de saúde especializados, o complexo turístico. Enfim, é no território Médio Rio Grande que a dinâmica de desenvolvimento regional acontece e onde as famílias realizam sua inserção sócio-produtiva. As informações a respeito do município de Guapé serão apresentadas mescladas e intercaladas com a caracterização do território, abrangendo: a dimensão ambiental, a dimensão sócio-demográfica e cultural e a dimensão sócio-econômica.

4.1 O Território Médio Rio Grande

4.1.1 Dimensão ambiental

O Território Médio Rio Grande localiza-se ao Sudoeste do Estado de Minas Gerais e é constituído por 17 municípios: Alpinópolis, Bom Jesus da Penha, Capitólio, Carmo do Rio Claro, Delfinópolis, Fortaleza de Minas, **Guapé**, Nova Resende, Passos, Pimenta, Piumhi, São João Batista do Glória, São José da Barra, São Roque de Minas e Vargem Bonita, abrangendo uma área de 12.448,67 km² (Figura 2) O Território pode ser dividido em duas áreas: área de entorno Reservatório da UHE de Furnas (Leste) e do entorno do Reservatório da UHE de Peixoto (Oeste) (RESENDE; MARCHETTI, 2010).

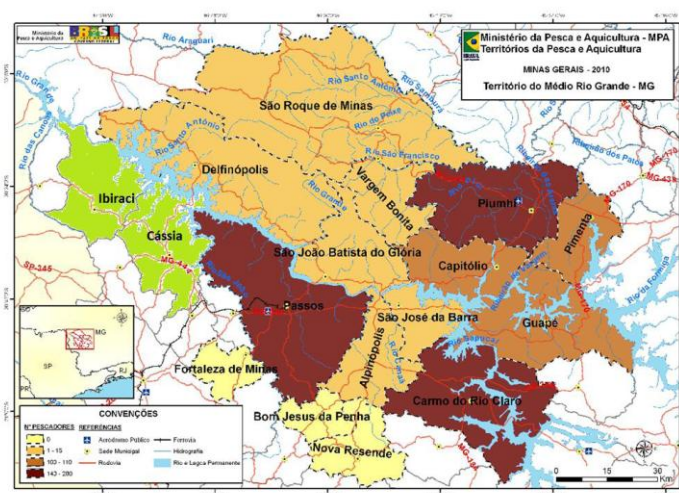


Figura 3 Território Médio Rio Grande
Fonte: MPA (2010)

4.1.1.1 Meio físico

Considerando os grandes biomas brasileiros, a cobertura vegetal mais comum nesses municípios é o Cerrado e alguns apresentam vestígios de Mata Atlântica, que se encontra bastante modificada, pois sofre pressão com o avanço das pastagens que dão suporte para a agropecuária dos municípios, além de sofrer com erosões e assoreamento. A cobertura vegetal predominante é associada ao uso do solo e composta basicamente por pastagens, cultivos, além de várzeas e áreas de floresta tropical semi-decídua.

Os municípios do Médio Rio Grande estão distribuídos em três diferentes Unidades de Planejamento de Recursos Hídricos conforme o Sistema Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais: *Lago de Furnas, Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande e Alto São Francisco*. Todas estas têm seus Comitês de Bacia Hidrográfica em funcionamento. No Território do Médio Rio Grande observa-se pouca incidência de Unidades de Conservação (UCs).²⁴ Em função de suas características originais e de seu processo de ocupação o Território apresenta uma situação de certo comprometimento de seus recursos

²⁴ Estas podem ser de dois tipos. A primeira delas são Unidades de Proteção Integral têm como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, sendo que a propriedade destas áreas é preferencialmente pública. Os principais exemplos para este Território são os Parques e as Estações Ecológicas (EE). Já as Unidades de Uso Sustentável, segundo tipo, têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, sendo permitida a propriedade privada e a utilização econômica de acordo com determinados marcos. Estas incluem principalmente as APAs (Áreas de Proteção Ambiental) e as Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs). (Diagnóstico do Programa de Aquicultura e Pesca para o Médio Rio Grande, 2010).

naturais, considerando problemas de conservação de solo e de água, além da pressão sobre a biodiversidade, tanto terrestre quanto aquática.

4.1.2 Dimensão social, demográfica e cultural

O Território Médio Rio Grande abriga 10.728 agricultores familiares (AF) segundo Sistema de Informações Territoriais (SIT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2010). Os municípios que abrigam as maiores quantidades de AF's são Nova Resende (2.275) e Guapé (1.116). Quanto às famílias de assentados via projetos de reforma agrária, a única ocorrência no Território do Rio Grande é no município de Guapé (ASD, com 47 famílias).

Tabela 1 Populações presentes nos municípios do Território²⁵

Municípios	Agricultores familiares		Famílias de assentados		Pescadores		Terras indígenas		Quilombolas	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Alpinópolis	648	6,04	0	0	7	1,43	0	0	0	0
Bom Jesus da Penha	439	4,09	0	0	0,0	0	0	0	0	0
Capitólio	376	3,50	0	0	104	21,22	0	0	0	0
Carmo do Rio Claro	869	8,10	0	0	190	38,78	0	0	0	0
Cássia	595	5,55	0	0	0,0	0	0	0	0	0
Delfinópolis	287	2,68	0	0	10	2,04	0	0	0	0

²⁵ “Continua...”

Fortaleza de Minas	423	3,94	0	0	0,0	0	0	0	0	0
Guapé	1116	10,40	47	100	103	21,02	0	0	0	0
Ibiraci	595	5,55	0	0	0,0	0	0	0	0	0
Nova Resende	2275	21,21	0	0	0,0	0	0	0	0	0
Passos	800	7,46	0	0	147	30,00	0	0	0	0
Pimenta	454	4,23	0	0	109	22,24	0	0	0	0
Piumhi	733	6,83	0	0	166	33,88	0	0	0	0
São João Batista do Glória	156	1,45	0	0	7	1,43	0	0	0	0
São José da Barra	230	2,14	0	0	10	2,04	0	0	0	0
São Roque de Minas	587	5,47	0	0	6	1,22	0	0	0	0
Vargem Bonita	145	1,35	0	0	11	2,24	0	0	0	0
TOTAL	10728	92,12	47	0,40	870	7,47	0	0	0	0

Fonte: IBGE (2000); SEAP (2009), SIT MPA e SIT MDA (2010). “Conclusão”

De forma geral, mesmo nos municípios com destaque para as populações urbanas, a densidade demográfica no território é predominantemente baixa (cerca de 21,58 habitantes por km²). O município de Passos difere do padrão do Território, por apresentar maior população (reunindo praticamente um terço dos moradores do Território), maior densidade demográfica e maior taxa de urbanização (maior que 90%).

A expressão cultural do Território Médio Rio Grande é representativa de uma região de ocupação tradicional no interior de Minas Gerais, reúne diversas manifestações culturais como artesanato, culinária, festas religiosas, etc. Um

exemplo que pode ser destacado é o da região de Carmo do Rio Claro, onde se encontram pequenas indústrias de tecelagem, com uso de teares manuais. Outro é a região da Serra da Canastra, onde existe de produção de queijo típico (tipo Canastra) e de doce na palha. Festas municipais ocorrem em alguns municípios que apresentam turismo religioso, de expressão regional.

4.1.3 Dimensão socioeconômica

No período colonial o território apresentava povos de diversas etnias indígenas das tribos Cataguases, Tupiniquins e Carijós, dentre outras. A ocupação da região nesta época teve como fator determinante a procura de ouro e pedras preciosas, seguida pela agricultura de subsistência, pequenas propriedades e a invernada de gado bovino de grandes fazendas, para engorda e comercialização nos mercados da Corte do Rio de Janeiro. Posteriormente, negros escravos foragidos das fazendas das redondezas e oriundos também das minas de extração de minerais preciosos acabaram formando quilombos, sendo estes desmantelados posteriormente a mando da Coroa. Aqueles atraídos para região, para exploração agropecuária, instalaram-se nas terras, atrás da fertilidade dos solos, ocupando grandes porções de terras e cultivando-as (IBGE, 2010).

Seguiu-se um período de consolidação da pecuária e da agricultura, como principais atividades de uma região de economia e demografia não muito dinâmicas. Esta situação sofreu alteração significativa somente com a construção da Usina Hidrelétrica de Furnas, nos anos de 1950²⁶.

²⁶ Esta barragem, juntamente com a barragem de Três Marias, foram as primeiras barragens modernas de grande porte construídas no país, marcando o início de um

Foi então criada em 1957, pelo presidente Juscelino Kubitschek, a empresa Central Elétrica de Furnas S.A. As obras da Usina foram iniciadas em julho de 1958 e as comportas fechadas em janeiro de 1963. (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1999).

O reservatório abrange 34 municípios. Estes municípios, a fim de explorar turisticamente as transformações advindas da criação da represa, buscando a sustentabilidade econômica e a preservação ambiental dos municípios limieiros, ou seja, limitantes com o lago, formaram a *Associação dos Municípios do Lago de Furnas* (ALAGO). (Furnas, 2010).

4.1.3.1 Agropecuária

Conforme já mencionado, a maioria dos estabelecimentos rurais do Território é classificada como de agricultores familiares. As terras são predominantemente utilizadas como pastagens, em seguida como lavouras, e um percentual utilizado como vegetação de matas. (IBGE, 2006). Quanto a este último elemento é importante destacar que, em função do antigo processo de ocupação da região, o baixo percentual de vegetação remanescente demonstra uma situação de má qualidade ambiental, com solos e pastagens degradadas, igualmente para os recursos hídricos e da biodiversidade. Implica também em problemas legais, na medida em dificulta os procedimentos de adequação ambiental dos estabelecimentos rurais perante os órgãos de controle, como no caso de licenciamentos (RESENDE; MARCHETTI, 2010).

crescimento acelerado da capacidade instalada que passou de 5.000 MW, antes do início da operação das duas usinas, para 67.000 MW no ano de 1999 (VIOTTI, 2000).

A agricultura é a base econômica da maioria dos municípios que compõem o Território, destacando-se as culturas do café e milho (SCOTTI, 2008; IBGE, 2006). Na pecuária observa-se grande produção de bovinos, suínos e aves. Os números mais expressivos aparecem para o município de Passos, que é o maior produtor em todas as espécies animais.

4.1.3.2 Indústria, Comércio e Serviços

O setor industrial é representado principalmente por pequenas agroindústrias, indústria de mineração de pedras semi-preciosas e tecelagens (SCOTTI, 2008). O setor de comércio e serviços tem basicamente expressão regional, destacando-se o turismo.

O setor terciário, embora apresente maior número de empregos formais, não supre as necessidades da população, que depende de outras cidades para ter acesso a comércio e serviços mais especializados. Neste ponto destaca-se o interior do território da cidade de Passos, que possui a melhor estrutura em termos de comércio e serviços.

O Lago de Furnas é o componente principal no sistema turístico dos municípios que, por sua vez, apresentam um leque diversificado de atrativos, determinando assim a segmentação em que se destacam (SCOTTI, 2008).

Outra atividade com potencial de desenvolvimento é o turismo rural, pela ocorrência de paisagens agrárias originais. O turismo religioso é um segmento que vem crescendo na região, sendo a Serra do Serrote um exemplo de local de peregrinação.

4.1.4 Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)

Para complementar o diagnóstico de como as populações são integradas às dinâmicas econômicas, é interessante observar os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)²⁷. Na Tabela 2 são apresentados os Índices de Desenvolvimento Humano Municipais (IDH-M) dos municípios componentes do Território Médio Rio Grande. A média do IDH-M fica acima da média estadual e, dentre os 17 municípios, sete (Delfinópolis, Fortaleza de Minas, Guapé, Ibiraci, Nova Resende, São Roque de Minas e Vargem Bonita) apresentam IDH-M igual ou inferior à média estadual.

Tabela 2 Médias dos índices de desenvolvimento para o Médio Rio Grande

Indicadores	Território	Minas Gerais
PIB Municipal Médio (R\$)	18.713	12.519,40
IDH Municipal	0,769	0,773
IDH Educação	0,823	0,850
IDH Longevidade	0,797	0,759
IDH Renda	0,687	0,711
Renda per capita (R\$)	247,98	276,56
Intensidade de pobres (%)	19,85	43,78

Fontes: Fonte FJP/IBGE, 2009 (PIB) e PNUD/IPEA/FJP (2004) (demais dados).

²⁷ Tais índices consideram as dimensões renda, longevidade (esperança média de vida) e educação para medir e avaliar o nível de bem-estar de uma população, de forma padronizada e comparativa, sendo usado nos relatórios anuais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desde 1993.

Tabela 03 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios componentes do Território Médio Rio Grande (MG)

Município	IDH-M (2000)	IDH-M- Renda (2000)	IDH-M- Longevidade (2000)	IDH-M-Educação (2000)
Alpinópolis	0,779	0,688	0,810	0,839
Bom Jesus da Penha	0,776	0,720	0,787	0,821
Capitólio	0,785	0,696	0,817	0,841
Carmo do Rio Claro	0,772	0,669	0,816	0,831
Cássia	0,777	0,699	0,817	0,814
Delfinópolis	0,752	0,664	0,784	0,807
Fortaleza de Minas	0,765	0,650	0,817	0,827
Guapé	0,752	0,649	0,788	0,820
Ibiraci	0,762	0,692	0,795	0,799
Nova Resende	0,727	0,695	0,725	0,762
Passos	0,797	0,731	0,785	0,875
Pimenta	0,768	0,687	0,800	0,817
Piumhi	0,800	0,744	0,818	0,837
São João Batista do Glória	0,770	0,688	0,805	0,818
São José da Barra	0,792	0,712	0,817	0,848
São Roque de Minas	0,766	0,699	0,815	0,785
Vargem Bonita	0,760	0,666	0,789	0,826
Média do Território	0,771	0,691	0,799	0,822
Média Estadual MG	0,766	0,695	0,796	0,850

Fonte: PNUD, IPEA, FJP (2004)

No caso do componente renda do IDH, a média do Estado de Minas Gerais é 0,695. Sendo que, dos 17 municípios que compreendem o Território Médio Rio Grande, 10 estão igual ou abaixo da média estadual, dentre eles o município de Guapé.

A maioria dos municípios que compõem o território apresenta este índice de longevidade maior que a média estadual, com exceção de Bom Jesus da Penha, Delfinópolis, Guapé, Ibiraci, Nova Resende, Passos e Vargem Bonita.

Dos 17 municípios que compõem o território, somente Passos apresenta IDH-M-Educação maior que a média estadual. Dentre os municípios que ficaram abaixo, Nova Resende é o que apresenta o valor mais baixo, com 0,762, os demais, em sua maioria, apresentam valores maiores que 0,800.

Em uma breve análise dos componentes do IDH no Território observa-se que, de modo geral, os municípios apresentam melhor condição quanto à variável Educação e Longevidade e pior condição quanto à Renda. Pode-se afirmar então que a variável Renda sistematicamente contribui para diminuir os IDH do território (RESENDE; MARCHETTI, 2010).

4.1.4.1 Indicadores de riqueza e de renda

Em geral o nível de riqueza e renda das populações do Território são superiores à média do Estado de Minas Gerais. Os municípios do Território Médio Rio Grande têm Índice de Gini médio igual a 0,52²⁸. De acordo com o diagnóstico do *Programa de Desenvolvimento Territorial de Aqüicultura e Pesca Para o Médio Reio Grande*, para o desenvolvimento territorial do Médio Rio Grande devem ser implementadas ações que tenham entre seus objetivos a melhoria na distribuição de renda (RESENDE; MARCHETTI, 2010).

²⁸ O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Quanto mais próximo de 1 for o seu valor, maior desigualdade existe (IBGE, 2010).

A porcentagem média estadual de pobres²⁹ alcança 26,60 e a média do Território Médio Rio Grande é de 19,85. Os municípios de Bom Jesus da Penha, Cássia, Delfinópolis, Fortaleza de Minas, Guapé, Nova Resende, São João Batista do Glória, São José da Barra e Vargem Bonita estão acima da média do Território, podendo ser considerados prioritários para a implementação de ações que visem a reduzir a pobreza.

No que se refere à diversificação da estrutura econômica, a maioria dos municípios do Médio Rio Grande apresenta o maior número de empregos no setor de comércio e serviços, seguido da agricultura (IBGE, 2006). A maioria dos municípios apresenta predominância do setor de serviços, o que coincide com a média do Estado de Minas Gerais. Alguns municípios apresentam valores de PIB *per capita* bastante destacados especialmente devido às Usinas Hidrelétricas de Furnas e Peixoto. Passos, principalmente devido à presença de maior atividade industrial, apresenta uma composição e valores de PIB diferenciados do restante do território. Praticamente todo o Território coincide com uma Microrregião classificada como estagnada³⁰ (RESENDE; MARCHETTI, 2010).³¹

²⁹ A porcentagem de pobres diz respeito à proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

³⁰ Apresentam rendimento domiciliar médio, mas com baixo crescimento econômico. Em geral refletem dinamismo em períodos passados e possuem, em muitos casos, estrutura socioeconômica e capital social consideráveis. Essas regiões apresentam um grau de urbanização relativamente elevado. A sua espacialização mostra uma dispersão por todo território nacional, embora predominem nas regiões Sul e Sudeste, com importante presença em parte do Centro-Oeste.

³¹ A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), proposta pelo Ministério da Integração Nacional, visa à redução das desigualdades regionais, como um dos eixos da estratégia de desenvolvimento do País. Foi definida uma metodologia para orientar a escolha das sub-regiões prioritárias desta política e ações relacionadas. Para tanto, foi feito um cruzamento de duas variáveis: rendimento domiciliar médio e crescimento do PIB *per capita*. A primeira, uma variável estática, retrata a riqueza relativa da população,

4.2 O Assentamento Santo Dias (ASD)

A ocupação da antiga fazenda Campão Quente, fechada desde 1995, foi realizada de forma pacífica por cerca de 100 famílias no dia 30 de outubro de 2002. Contudo o “trabalho de base”³² fora iniciado meses antes junto às comunidades vizinhas e contou com o apoio dos sindicatos dos metalúrgicos de Itajubá, Varginha e Guapé (AMARAL, 2009; REZENDE, 2009).

Segundo Resende (2008), após a ocupação da área de aproximadamente 5900 hectares, as famílias começaram a limpar as casas já existentes, cobrindo-as com lona e se acomodando. Algumas famílias fizeram barracos de lona e outras ficaram em casas que havia no alto do terreno, mas devido à falta de água tais famílias acabaram se aproximando das outras moradias. Logo, iniciou-se também o processo de organização das famílias recém chegadas, formando então os setores básicos do acampamento: produção, saúde, formação e disciplina, frente de massa e educação. Também se estruturaram os núcleos de famílias.

Ainda segundo Resende (2009), a antiga usina havia se tornado uma imensa pastagem de braquiária³³. O fogo era o principal artifício para conduzir a rebrota das pastagens, o que culminou em uma considerável destruição da reserva, da mata ciliar, dos animais silvestres, da fertilidade dos solos e da cobertura vegetal. Com a ocupação, a dinâmica teve de mudar. Nas primeiras

a partir de dados dos censos demográficos do IBGE. A segunda, uma variável dinâmica, retrata o potencial relativo de crescimento observado na década de 1990, conforme estimativas de PIB municipais, realizadas pelo IPEA. Foram definidos quatro Grupos de Microrregiões: 1 - Alta Renda; 2 – Dinâmicas; 3 – Estagnadas; 4 - Baixa Renda.

³² “Trabalho de base” são visitas que os militantes que compõe a frente de massa do MST fazem em periferias de cidades da região, convidando os moradores para participar das reuniões que o movimento promove.

³³ Gramínea utilizada para pastagem animal.

semanas, as famílias realizaram um mutirão para limpeza de algumas áreas e iniciaram a plantação. Com poucos recursos, conseguiram plantar arroz e feijão, que, no entanto, não foi suficiente para a subsistência de todos, fazendo com que muitas famílias desistissem de continuar na área, permanecendo apenas 40 delas.

No decorrer do tempo ocorreram vários mandados de desocupação da área e várias audiências de negociações. Em 2004, com uma liminar de despejo, policiais fortemente armados entraram na área na tentativa de retirar as famílias. No entanto, com articulações variadas e com a ajuda de advogados ligados ao MST, a liminar foi postergada, garantindo mais tempo para negociações.

Em 28 de dezembro de 2006 foi publicada pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Diário Oficial da União (DOU), a portaria de criação do Plano de Assentamento (PA) Santo Dias, 215º assentamento no estado de Minas Gerais, sendo este apenas o segundo da região sul mineira (Resende, 2008).³⁴

O Assentamento compreende uma área total de 1.788 hectares do município de Guapé/MG, com 49 famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais³⁵. A área possui recursos hídricos em abundância, sendo banhada pela represa de Furnas e por diversos córregos, o que auxilia no sistema de irrigação das lavouras. A estrutura da vegetação é predominantemente de cerrado, sendo que grande parte das terras ainda está em estado de recuperação natural, depois de muitos anos sob forte exploração de monocultivo da cana-de-açúcar quando essas terras ainda faziam parte da usina (COSTA, 2008).

A dinâmica sócio-espacial do ASD atualmente passa por um período de transição, pois mesmo sem a aprovação do mapa de divisão oficial dos lotes pelo

³⁴ O primeiro assentamento de reforma agrária do sul de Minas está situado no município de Campo do Meio – MG, e foi criado no ano de 1997, com o nome de 1º do Sul.

³⁵ São 47 lotes, mas 49 famílias que efetivamente moram na área.

INCRA, algumas famílias já se instalaram em locais próximos do seu pedaço de terra.

No decorrer do presente trabalho, à medida que expusermos o perfil das famílias que compreendem a amostra do estudo e outros comentários pertinentes, apresentaremos mais informações (de maneira intercalada) do ASD, referentes à sua situação sócio-econômica, a organização espacial e social, às condições de infra-estrutura, o acesso às políticas públicas e produção interna.

5 CARACTERIZAÇÃO (PARTICULAR) DAS FAMÍLIAS

“[...] se as trajetórias de vida dos agricultores assentados guardam semelhanças em determinados aspectos, as diferenças entre eles são maiores ainda e são essas diferenças que tornam cada história, uma história singular.”
(Brenneisen, 2003, p. 3)

Julgamos pertinente elaborar, além do perfil genérico baseado na sistematização de dados agregados ao conjunto das sete famílias pesquisadas, uma caracterização particular (uma a uma) das mesmas. Trata-se de um recurso tático que permite a exposição de informações e atributos que expressam a singularidade de cada unidade familiar. Tal descrição só foi possível devido ao universo relativamente pequeno de casos estudados (apenas sete famílias de agricultores familiares assentados).

FAMÍLIA Nº 01

Formada por oito pessoas no total, sendo pai, mãe e seis filhos (todos na idade infantil)³⁶. Apesar de terem nascido no estado do Paraná, viviam no município de Guapé antes de terem se mudado para área – ainda na época de acampamento – há sete anos.

Há cerca de um ano o casal – que considera a profissão de lavrador seu ofício principal – iniciou a atividade de pecuária leiteira como forma de

³⁶ Os filhos, segundo a faixa etária, foram classificados em: (i) idade infantil – 0 a 12 anos; (ii) idade jovem – 13 aos 21 anos e; (iii) idade adulta – 21 aos 64 anos.

“investimento”, visando à produção para o autoconsumo e comercialização do excedente (duas vacas, uma da raça holandesa e outra da raça nelore, alimentadas sob o regime de pasto natural). No período em que a entrevista foi realizada, a produção de leite não tinha iniciado (estação “seca”). Os recursos financeiros gastos nas atividades agropecuárias totalizaram R\$ 2.150,00/ano, provenientes de fontes próprias de financiamento.

As principais fontes de rendimento da família compreendem o recebimento de pensão (56,85%), bolsa-família (14,71%) e assalariamento temporário do marido – que trabalha com carteira assinada numa empresa de extração de pedras da região, além de outras atividades esporádicas ao longo do ano – (28,42%), totalizando o ingresso médio de R\$ 10.764,00/ano (R\$ 897,00/mês).

Os gastos correntes totalizam R\$ 9.672,00/ano (=R\$ 806,00/mês), sendo que aqueles relacionados à alimentação correspondem a quase 60% do orçamento doméstico. O balanço orçamentário apresenta saldo negativo (-R\$ 1.304,00). Esse déficit, porém, precisa ser relativizado, pois a família declarou que há menos de um ano realizou um dispêndio (investimento inicial) para a aquisição das duas rezes do rebanho. Como os dados referem-se ao ano-safra 2009/2010, esses gastos foram diluídos ao longo dos meses que se passaram através de formas de pagamento vantajosas (a prazo), aumentando a capacidade de liquidez da dívida.

FAMÍLIA Nº 02

Uma das poucas remanescentes da primeira geração de famílias que residem na comunidade desde o início da ocupação das terras da antiga fazenda Capão Quente, em outubro de 2002.

Todos são naturais do município de Guapé e chegaram à área há 8 anos, ainda na época de acampamento, de modo que antes de ingressar na luta pela reforma agrária viviam na comunidade de Capoeirinha, distrito do seu município.

Desde os sete anos de idade o pai tem experiência com os “afazeres da roça”, e apresenta uma forte afinidade com a atividade pecuária (afirma ter amansado mais de 10.000 cabeças de gado ao longo da vida). Passou a maior parte do tempo trabalhando como capataz nas fazendas da região, onde recebia salário, moradia e terra do patrão que lhe empregava. Foi lá que conheceu a esposa (que também era “moradora”), e onde criou os filhos durante algum tempo. Os entrevistados afirmam ter na profissão de lavrador a sua ocupação fundamental. Em termos de número de pessoas, esta é a maior família entrevistada. São dez membros, sendo oito filhos no total. No que tange à faixa etária, não há crianças e nem jovens entre os mesmos. A maior parte deles já se casou e mora fora do assentamento, sendo que apenas três residem no assentamento.

A proporção $\frac{\text{ÁREA DE LAVOURA}}{\text{ÁREA DE PASTAGEM}}$ favorece a pecuária bovina, mesmo tendo um rebanho reduzido – quatro cabeças, sendo duas vacas, uma novilha e um bezerro. Na seca o gado é alimentado com capim anapiê, silo, cana e milho, mas em tempos “das águas” utiliza-se pasto natural. A produção média de leite é de 7 litros/dia, e vai toda para o autoconsumo.

O custo das principais atividades agrícolas apresenta a seguinte distribuição: (a) pecuária na faixa de R\$ 2.000,00 (2009/2010); (b) R\$ 1.000,00 para lavouras temporárias. O total de recursos desembolsados (R\$ 3.020,00) vem das fontes próprias de renda da família.

Os ganhos monetários mais significativos vêm do trabalho assalariado de dois filhos (colheita do café), atividade que, apesar do caráter temporário, proporciona carteira assinada. Os serviços de “empreita” do pai (informais e também temporários) e a produção agrícola comercializada correspondem a

6,72%, e não é contínua ao longo do ano. Os serviços temporários desempenhados pelo pai e os dois filhos respondem por mais de 90% do total de receitas acumuladas ao longo do ano.

O item “alimentação” é o responsável por cerca de 50% dos gastos correntes de manutenção da família. Apesar de não possuir filhos na idade infanto-juvenil, e devido ao relativo superávit na relação entre a capacidade de produção/consumo (R\$ 1.120,00/ano), uma contribuição é dada para a educação dos netos.

FAMÍLIA Nº 03

A cidade natal da terceira família é Porteirinha, localizada no norte de Minas Gerais. Esta família passou boa parte do tempo migrando, sempre em busca de terra e trabalho que lhes proporcionassem condições estáveis de vida e moradia.

Após saírem de Porteirinha passaram por São Paulo, Mato Grosso, retornaram para o norte de Minas Gerais (Janaúba) e por fim vieram para o sul de Minas, com toda a mudança, para trabalhar na “panha de café” como agricultores (regime de meeiros). Após constatarem que ambas as atividades não gerariam uma renda satisfatória que compensasse o esforço (salário e preço muito baixos) e devido ao alto custo de vida na cidade (principalmente por causa do aluguel), resolveram participar da ocupação da antiga fazenda Capão Quente, organizada pelo MST. Estão presentes desde o início da comunidade (há oito anos.).

A família possui nove membros ao todo, sendo pai, mãe e sete filhos. Desses, apenas dois residem na propriedade, três estão no município de Guapé e dois estão em outras regiões do estado. Apenas um rapaz encontra-se no final da idade jovem, os demais são todos adultos. Todos os filhos que residem fora trabalham para terceiros e com carteira assinada. Dentre as quatro pessoas da família que residem na propriedade (pai, mãe e dois filhos homens), três (pai e

filhos) realizam serviços temporários diversos (servente de pedreiro, capinas de roças, etc) ao longo do ano.

A área total da propriedade possui 37 hectares. Aproximadamente 60% do lote não estase encontra em condições de uso (Reserva Legal/APP ou devido à presença de áreas degradadas), e o que resta é explorado nas formas de pastagem (9 há), lavouras (6 há), pomar/horta (800 m²).

A vocação principal desta família está associada à cultura agrícola (lavouras temporárias e permanentes, horta, pomar, extrativismo). Não há o exercício de atividade pecuária (criação de gado).

As terras desta unidade familiar ainda passam, como muitas outras no assentamento, por um período de recuperação da fertilidade natural, sendo submetidas a algum tipo de regime de pousio (arbustivo, curto, anual).

A estrutura de renda desta família é composta basicamente pelos rendimentos advindos do assalariamento temporário dos homens (pai e filhos, que respondem por quase 80% das receitas), e produção comercializada (14,04%) – participam do Projeto Barriga Cheia, vinculado à prefeitura de Guapé/CONAB.

Dentre as famílias pesquisadas esta foi a que apresentou a menor participação de gastos com alimentação, em termos percentuais (29,41%), com relação aos gastos totais de consumo. Somadas as despesas correntes com o montante destinado à agricultura, tem-se um dispêndio anual de R\$ 5.780,00. Do confronto entre as receitas e despesas, o balanço orçamentário resultante é positivo (R\$ 2.050,00/ano).

FAMÍLIA N° 04

Estavam no estado da Rondônia antes de vir morar no assentamento há cinco anos, mas são da cidade de Diamantina, norte de Minas Gerais. Ao longo da sua

experiência de vida, um dos entrevistados (pai) nos contou que adquiriu muitas habilidades e ofícios, como de motorista, pedreiro, vaqueiro e operador de máquinas, mas considera a agricultura sua profissão principal. O casal possui três filhos, sendo duas meninas e um garoto. A filha mais velha tem 18 anos e demonstra forte interesse em ingressar na faculdade, no curso de engenharia civil. O trabalho na propriedade é conciliado com outros externos a esta, como a prestação de serviços temporários (safrista, carretos).

O sistema de produção animal conta com vinte cabeças de gado, criados à base de silo e cana na seca (0,5 há plantado para este fim) e pasto natural no “período das águas”. As vacas em lactação fornecem nove litros de leite por dia, do qual é fabricado o requeijão. Além do gado, o inventário produtivo da família conta ainda com sete porcos, 94 aves – que provém cerca de sete dúzias de ovos por semana – e quatro caixas de abelha.

Ao analisarmos os indicadores de adoção tecnológica nesse sistema agrícola, observamos a ocorrência de situações não observadas nas outras propriedades. A infra-estrutura foi a mais robusta encontrada, tendo como itens inéditos um galpão de máquinas e um caminhão. Foi o primeiro caso a ter realizado análise e correção do solo (com calcário). Os métodos de plantio mesclam técnicas de natureza agroecológica (palhada, plantio direto, compostagem orgânica, adubação verde, esterco) com a injeção de insumos do chamado “pacote tradicional” (inseticidas e fertilizantes químicos).

O item *produção comercializada* apresenta a maior participação percentual na totalidade de ganhos (52,70%). Um bem durável que acaba por tornar-se um componente do capital fixo e contribui para a diversificação das modalidades de rendimento é a posse de um caminhão, utilizado nos serviços de carreto, escoamento da produção e transporte de cargas e pessoas.

Paradoxalmente, o grupo que apresenta os maiores rendimentos (tanto físicos quanto monetários) providos pelo complexo agropecuário familiar também apresenta peso significativo da alimentação no orçamento de gastos correntes. Isso se deve ao fato de que a margem de escolha/poder de compra no consumo de determinados gêneros alimentícios é maior. A aquisição de produtos processados, de melhor qualidade, que proporcionem maior satisfação psicológica ou mesmo aqueles considerados supérfluos, encontra condições objetivas propícias à sua entrada no cardápio alimentar do cotidiano da família, devido a um nível de renda relativamente mais elevado.

Os saldos positivos acumulados ao final do ano agrícola (R\$ 4.240,00) são realocados nas atividades agropecuárias (que no ano-safra 2009/2010 foram da ordem de R\$ 9.000,00). Esta família em específico sabe definir claramente as atividades que tem o caráter de negócio (como o café) e quais têm o intuito funcional de abastecimento interno da família ao longo da jornada anual.

FAMÍLIA Nº 05

Esta família – cujos filhos já adultos não residem no assentamento – veio de Bela Vista do Paraíso, estado do Paraná. Há dois anos vivendo no Santo Dias – depois de passarem um tempo no acampamento Hebert de Souza, nas terras da ex-usina Ariadnópolis em Campo do Meio, estado de Minas Gerais – os agricultores, apesar de terem uma forte relação com os ambientes urbanos, sempre mantiveram viva a vocação agrícola. Na juventude, o marido morava e trabalhava na cidade (no ramo da construção civil) e arrendava um terreno na zona rural da cidade para plantar algodão (trabalhava nessa atividade aos finais de semana) e vender para as indústrias têxteis da região de Bela Vista do Paraíso.

Sob o ângulo produtivo, apresentam forte inclinação na implementação de práticas e manejos de base agroecológica como modelo de exploração agrícola principal, que assegure a diversificação produtiva e garantia de colheitas mais abundantes sem comprometer a fertilidade do solo – demonstraram um conhecimento detalhado sobre esse aspecto, como, por exemplo, a da utilização de “torta de mamona” como melhor adubo natural para o café orgânico e ao diagnosticar a diminuição dos componentes fertilizantes da terra a medida em que ocorre o replantio do feijão.

O potencial produtivo desta família de agricultores concentra-se nas atividades de horta e piscicultura. A família acumulou a experiência “profissional” com este tipo de empreendimento em momentos anteriores: em Campinas, produziam hortaliças e vendiam por conta própria nos mercados de abastecimentos locais; no acampamento Hebert de Souza, na cidade de Campo do Meio, produzia e vendia para consumidores de Alfenas e Campos Gerais.

A piscicultura encontra-se em fase experimental, mas a idéia é tornar esta atividade um negócio, através da aquisição dos equipamentos básicos: tubo compressor de oxigênio, tanque de plástico e agroindústria de beneficiamento da carne de peixe. Por enquanto o manejo é a “seco” (com barragem de terra).

Os benefícios previdenciários (a esposa é enfermeira aposentada) são a fonte de renda preponderante (99,18% do total), proporcionando um montante anual de R\$ 24.480,00. Das famílias entrevistadas é a que apresenta o maior rendimento anual e também a menor movimentação de recursos financeiros para atividade agrícola.

FAMILIA Nº 06

O marido nasceu no Paraná e a esposa no Mato Grosso, mas acabaram se casando em Campinas, estado de São Paulo. O casal tem dois filhos que moram com eles. A residência é mais estruturada do que a grande maioria das moradias do assentamento. Hoje possuem vários eletrodomésticos novos, dois carros e uma moto, mas quando vieram para a área (na época acampamento Santo Dias) tiveram de vender todos os aparelhos que tinham, pois não havia energia elétrica.

A significativa destinação de porção de terra para uso em pastagem confirma a valorização dada pela família ao exercício da pecuária em detrimento da agricultura, reflexo do histórico e tradição da família do marido (que era pecuarista). São 23 cabeças de gado mestiço, sendo que quatro das dez vacas estavam prenhes na época da pesquisa. Alimentados à base de pasto natural na estação chuvosa, na estação seca utiliza-se cana (adquirida através de troca com o vizinho por mudas de café) e silo. No tempo das “águas” a produção de leite é de 8 a 10 litros por dia, a qual é integralmente destinada ao consumo próprio e utilizada para confecção de 10 unidades de queijo por mês. Além do gado, o repertório de animais é diverso, composto por eqüinos (06), suínos (02), caprinos (11), aves (50). A quantidade de ovos produzida é de três dúzias por semana. É a única família entrevistada que possui motor-bomba para irrigação, utilizado nas atividades de horta, pomar e lavoura.

A família participa do programa *Barriga Cheia*, vinculado à prefeitura de Guapé, sendo que os principais produtos entregues são legumes e os principais produtos adquiridos são açúcar mascavo, lingüiça, pão e doces. A parcela da produção agrícola comercializada é relativamente elevada, em comparação com a média geral do assentamento, mas a participação desta no volume total de

receitas monetárias é baixo (7,55%). A renda advinda do assalariamento temporário é obtida pelo marido. Este viaja praticamente todos os anos a Campinas para trabalhar como pedreiro no setor da construção civil. O trabalho geralmente é sem carteira assinada e realizado durante seis meses do ano, e é com esta remuneração que o padrão de vida da família é mantido. O prolongamento desta atividade às vezes acaba por prejudicar outras – internas ao lote – como, por exemplo, o plantio do feijão da seca – no momento em que a entrevista foi realizada, em outubro de 2010, a entrevistada alegou que não conseguiram plantá-lo por escassez de recursos financeiros e força-de-trabalho. O gasto corrente mais elevado foi o item *Outros gastos*, onde estão incluídas despesas relacionadas ao chamado *fundo de manutenção* (reposição e reparos de equipamentos, instalações, peças e combustíveis de veículos e motos), representando 43,70% do total. O balanço orçamentário anual apresentou saldo positivo de R\$ 2.622,00.

FAMILIA Nº 07

Os elementos que tornam essa família diferente das demais são diversos. Em primeiro lugar, são os únicos de todo o assentamento que possuem curso superior (ambos na área de ciências agrárias). Além disso, a trajetória de vida do casal é completamente diferente do padrão do conjunto das famílias: são de origem urbana, de classe média e não tiravam o seu sustento (nem total, nem parcial) de atividades agrícolas.

Bastante atuantes e envolvidos com os problemas da comunidade, ambos compõem o setor de produção, educação e da diretoria da AAFASD (Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias). Junto com eles há um agregado residente, (amigo de infância), que ajuda nos afazeres domésticos e

também no roçado. No período em que estivemos no ASD realizando esta pesquisa, o casal esperava por um filho, cujo nascimento era estimado para o mês de janeiro de 2011.

Outro aspecto interessante reside no fato de que esta família adota uma forma de se fazer agricultura extremamente radical do ponto de vista dos princípios agroecológicos e da sustentabilidade. A dependência de recursos produtivos externos é quase nula e o reaproveitamento de resíduos (inclusive de dejetos humanos que são convertidos em fertilizantes) é submetido a uma lógica maximizante da sua utilidade. O trabalho na terra assume dimensão espiritual e de responsabilidade com tudo o que é vivo na natureza. Analisando-se alguns depoimentos e observações durante a pesquisa percebe-se o quanto o seu estilo de vida altamente “endógeno” é cotidianamente construído, de modo que uma parte significativa de tudo o que esta família necessita para viver e sobreviver é elaborado no interior da própria unidade de produção (o que abrange também o ambiente doméstico, uma rica unidade de confecção de produtos artesanais): creme dental a base de vegetais e sementes processadas, sabão a base gordura caseira, geléias caseiras, biofertilizantes, farinhas, conservas, dentre outras.

A produção agrícola é altamente diversificada, de alto volume na produção física e com baixo custo de produção (devido aos métodos e princípios de agricultura biodinâmicos implementados), cuja parcela vendida contribui em 40% na estrutura de rendimentos da família. Lavouras, hortaliças, pomares, extrativismo, produtos processados na indústria doméstica rural (IDR), onde se elaboram também insumos de produção, caracterizam um complexo produtivo extremamente rico, variado e com forte potencial para agregar valor. Atividades especiais como plantio de madeira (ingá e guanandi) e a produção de 900 m² de sementes vem complementar o mosaico de atividades desenvolvidas. Esta família não desempenha atividade fora da atividade agrícola.

6 CARACTERIZAÇÃO (GERAL) DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS

A multiplicidade de perfis encontrados nas sete famílias e projetos familiares pesquisados pode ser sintetizada em quatro eixos principais: *composição familiar, unidade de produção, composição dos rendimentos familiares e dispêndio familiar/balanço do orçamento doméstico*. Com os dados levantados, procuraremos discutir, com algum detalhamento, as estratégias familiares e o seu significado no processo de reprodução social das famílias.

6.1 Composição familiar

As famílias são, em sua maioria, naturais de outros estados da federação, apenas uma é da região de Guapé. Mesmo assim, cinco das sete famílias entrevistadas já viviam no sul de Minas Gerais ou no próprio município de Guapé antes de serem assentadas – algumas delas já tinham passado pela experiência de acampamento nas terras da antiga usina Ariadnópolis, situada no município de Campo do Meio – MG. O tempo de moradia médio supera quatro anos de permanência no assentamento, o que significa que estas pessoas vieram para o local antes da desapropriação oficial da fazenda, que ocorreu em dezembro de 2006.

O ofício de “agricultor (a)” foi declarado como a principal ocupação e/ou profissão dos assentados (pai e mãe). Mesmo possuindo outras habilidades, esta constatação constitui um forte indício da vocação agrícola e identidade com atividades laborais do meio rural.

Em termos médios, o número de pessoas por família é de 6,28, o que representa uma composição familiar numerosa se comparada com a média geral do assentamento (2,5 pessoas/família.). Entre os filhos, a média é de 4,14, prevalecendo os de idade adulta – apesar de que uma das famílias possui mais de seis filhos na idade infantil e apenas uma declarou não ter filhos, apesar da esposa estar grávida. A proporção de filhos que residem dentro do assentamento é maior do que a proporção dos que moram fora (2,28 e 1,85 respectivamente).

A tabela abaixo apresenta os principais dados da composição familiar geral analisada:

Tabela 4 Composição familiar

Componente	Média
Número total de pessoas na família	6,28
Número de filhos	4,14
Filhos na idade infantil (0-12 anos)	1,28
Filhos na idade jovem (13-21 anos)	0,42
Filhos na idade adulta (22 -64 anos)	2,42
Filhos (sexo feminino)	3,00
Filhos (sexo masculino)	1,14
Filhos que residem dentro do assentamento	2,28
Filhos que residem fora do assentamento	1,85
Pessoas da família que trabalham para terceiros	3,00

Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Dado interessante e particularmente importante para os objetivos deste trabalho refere-se ao fato de que quase metade das pessoas da família trabalha

para terceiros, o que representa possibilidade de obtenção de renda extra-agrícola.

6.2 Unidade de produção

O prévio exame das atividades produtivas desenvolvidas nos lotes dos assentados torna-se especialmente importante, pois seus resultados nos ajudarão a compreender de modo mais consistente o desempenho da composição dos rendimentos monetários familiares (inclusive aqueles obtidos com a comercialização agropecuária) que serão apresentados mais adiante.

O tamanho médio das propriedades foi calculado na ordem de 38,55 há/família. Cerca de 50% da área dos lotes é destinada a Reserva Legal (RL) ou Área de Preservação Permanente (APP) – área considerada improdutivo pelos assentados, mas que pode futuramente fornecer ganhos monetários pela sua conservação, através do estabelecimento de contratos com um programa público do governo do estado de Minas Gerais, denominado de Bolsa Verde, e que está sendo encaminhado pela diretoria da AAFASD.

A área destinada à pastagem para desenvolvimento da pecuária é o dobro da porção destinada às lavouras. A criação de gado é praticada por 85,7% das unidades familiares entrevistadas (média de 7,42 cabeças/família), uma atividade considerada de baixo risco, maior retorno econômico e potencial de agregação de valor (produtos derivados e processados na indústria doméstica rural – IDR). Toda a produção de leite, assim como a maior parcela da produção agrícola é voltada prioritariamente para o autoconsumo. As outras variedades de criações, como eqüinos (02 animais/família), suínos (03 animais/família), galináceos (28 animais/família e produção média por família de 2,14 dúzias de

ovos/semana) são utilizadas para o abastecimento interno e como força de trabalho.

Tabela 5 Formas de uso/exploração do solo

Finalidade	Média	Percentual
Área destinada a lavouras (em há)	5,0000	12,97%
Área destinada a pastagem (em há)	10,0714	26,12%
Área de reserva (em há)	20,6429	53,55%
Área de pomar (em há)	0,3344	0,87%
Área de horta (em há)	0,2171	0,56%
Área em descanso (em há)	0,2857	0,74%
Área degradada (em há)	2,0000	5,19%
Área imprópria (em há)	0,0000	0,00%
Total (em ha):	38,55	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo (2010)

O calendário abaixo, adaptado do trabalho de Costa (2008), não foi construído somente pelas famílias pesquisadas neste trabalho, mas mesmo assim nos dá uma noção de como estão distribuídas atividades de diversas naturezas ao longo do ano. Este calendário foi construído com base nas informações obtidas pela aplicação de uma técnica de *diagnósticos participativos* denominada *calendário sazonal*. Nesta técnica, estão identificados ao longo dos meses do ano as atividades de preparo do solo, plantio, tratos culturais e manejos e

colheita. A estas informações do calendário sazonal foram adicionadas as informações produtivas realizadas extra-lote (ou extra-assentamento) e também a disposição dos principais eventos políticos, sociais e cerimoniais que fazem parte da vida do ASD.

Quadro 1: Calendário de atividades sócio-produtivas, políticas e cerimoniais³⁷

CALENDÁRIO SAZONAL DO ASSENTAMENTO SANTO DIAS						
Atividade s/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Atividades produtivas realizadas dentro do lote/assentamento	-Colheita do feijão das águas; Plantio do feijão da seca; - Plantio de mudas (frutíferas, nativas e madeira); - Preparação do solo;	-Plantio do feijão da seca (cont.);	-Colheita do milho; -Colheita do feijão das águas; -Colheita do amendoim; -Colheita do arroz; -Plantio de hortaliças e plantas medicinais; -Plantio do	-Colheita da pimenta (início); -Colheita do milho; -Colheita do arroz;	-Colheita da pimenta (cont.); -Colheita do milho (cont.)	-Colheita da pimenta (cont.); -Colheita do feijão da seca; -Colheita do milho (cont.);

³⁷ “Continua...”

			milho;			
Atividades produtivas realizadas fora do lote/assentamento					-Colheita do café nas fazendas vizinhas;	-Colheita do café nas fazendas vizinhas (cont.);
Atividades políticas, sociais e cerimoniais	- Encontros estaduais e nacionais do MST;		08/03 – Dia Internac. Da Mulher	-“Abril vermelho”	- 23/05 – “Dia nacional de lutas”	-Festa junina

“Continua...”

CALENDÁRIO SAZONAL (continuação)						
Atividades/Mês	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Atividades produtivas realizadas dentro do lote/assentamento	-Colheita da pimenta (cont.); -Colheita do milho (cont.);	-Colheita da pimenta (queda na produção); -Plantio da mandioca; -Plantio de abóbora; -Plantio do feijão das águas; -Manejo do SAF (podas);	-Colheita da pimenta (queda na produção); -Manejo do SAF;	-Plantio do milho; -Plantio do arroz; -Plantio da pimenta; -Plantio do amendoim; -Preparo do solo (aragem e gradagem); -Calagem manual; -Adubação;	-Plantio do milho; -Plantio da pimenta; -Plantio do quiabo, abóbora e pepino; -Carpinas nas lavouras;	- Manejos e carpinas nas hortas; PS: geralmente os plantios vêm atrasando neste mês por conta de variações climáticas desfavoráveis.
Atividades produtivas realizadas fora do lote/assentamento	-Colheita do café nas fazendas vizinhas (cont.);	-Colheita do café nas fazendas vizinhas (final);				
Eventos/atividades políticas, sociais e cerimoniais	-Férias escolares;	-Festa religiosa de Aparecida do Sul – realizada no santuário de mesmo nome.	-“Grito dos excluídos”;	- Comemorações do dia da ocupação da fazenda Capão quente (30/10/2002).	-Encontros regionais da Brigada; -Dia da Consciência Negra (23/11);	-Dia de Santa Luzia (13/12), padroeira dos agricultores; -Festividades de fim de ano;

Fonte: Adaptado de Costa (2008) “Conclusão”

Um período importante ao longo do ano-safra é aquele imediatamente posterior ao inverno – período em que a “panha” do café termina e iniciam-se as

atividades de preparo do solo (aragem, gradagem, adubação). Dentre as lavouras temporárias é conveniente destacar as culturas com duplicidade de colheita, como o feijão, cuja produção é, usualmente, caracterizada por safra da seca e safra das águas, dependendo do período em que é plantado.

Dentre os serviços temporários, a chamada “panha de café” é a que apresenta uma participação mais consolidada no calendário produtivo do assentamento, mesmo não sendo a única forma de trabalho remunerado realizada. Participam ativamente homens e mulheres, que percorrem longas distâncias diárias até as fazendas de café, saindo normalmente antes das seis horas da manhã e retornando por volta das cinco horas da tarde.

Uma rápida passagem pela produção agrícola das sete famílias abordadas indica uma pauta produtiva diversificada, baseada nas explorações de milho, arroz, feijão, café, mandioca, pimenta, amendoim e hortaliças em geral – o percentual comercializado de cada produto também é variável.

A comercialização foi analisada com base nos produtos que tiveram alguma proporção vendida no quadro das principais explorações e atividades. Como veremos adiante, cerca de 20% da renda média anual provém da venda da produção, caracterizada por um fraco processo de integração aos mercados locais e pela presença marcante de programas públicos de compra direta.

As atividades de lavoura (principalmente as temporárias, à exceção da produção de pimenta e arroz) em geral são consideradas de baixo potencial comercial, ao contrário da pecuária bovina, do cultivo de hortaliças, dos produtos da indústria doméstica rural (IDR) (como farinhas, doces, conservas), do café e da apicultura. O montante médio anual de recursos direcionados às atividades agropecuárias foi de R\$ 2.844,28/família, provenientes em sua totalidade de fontes próprias de financiamento.

A IDR contribui, juntamente com outras atividades, para o barateamento do custo de vida e obtenção de receitas em dinheiro. A variedade de produtos é ampla, não somente aqueles do gênero alimentício (queijo, farinhas, doces, geléias, conservas), mas também os farmacêuticos e de higiene pessoal (sabão, pomadas, xaropes, essências à base de plantas medicinais) e alguns instrumentos de trabalho (vassouras de folhas de palmeira, enxadas, equipamentos de pesca, sistemas de captação de água, fertilizantes naturais dentre outros).

Os indicadores de adoção tecnológica nos mostram uma baixa composição de bens de capital (máquinas, equipamentos, benfeitorias, instalações). Nenhuma família possui, individualmente, trator ou grade, e pouquíssimas possuem equipamentos do tipo arado, cultivador, moto-serra, moto-bomba, ou instalações infra-estruturais como depósito, galpão, barragem e açude. O instrumento mais comum encontrado (em três unidades entrevistadas) foi a plantadeira manual.

O sistema de produção agrícola praticado lança mão de técnicas alternativas de cultivo, como, por exemplo, a realização de práticas de conservação do solo do tipo palhada e plantio direto, compostagem orgânica, utilização de defensivos naturais (tanto inseticidas quanto fungicidas) e reflorestamento de áreas degradadas. O armazenamento de sementes - principalmente das lavouras para subsistência, como as de milho crioulo e feijão - permite certo barateamento dos custos produção. Parte da adubação é feita com insumos químicos, pois a quantidade reduzida de gado bovino não permite o fornecimento suficiente de esterco necessário à lavoura.

A utilização de técnicas e atividades intensivas no trabalho e a adoção de sistemas de produção diversificados e integrados à conservação dos recursos naturais são os traços característicos do modelo de produção das famílias pesquisadas. A opção por esse relativo modelo conservacionista foi fruto da

própria situação de degradação do estoque de recursos naturais da área no período em que foi ocupada.

Como descrito nas páginas anteriores, o solo, a água e a vegetação do ASD foi profundamente deteriorado pelos modelos de exploração adotados pelos proprietários das terras da antiga fazenda Capão Quente. O aproveitamento dos fatores de produção e/ou serviços disponíveis a baixo custo, como adubação orgânica de origem vegetal ou animal e certos cuidados para prevenir ou atenuar o processo de degradação natural (recuperação e proteção de nascentes, reflorestamento, práticas anti-erosivas) é visto pelos assentados como uma estratégia de recomposição do capital ecológico – e para alguns, a construção de um estágio tecnológico intermediário, sobre o qual poderão assentar-se, em etapas posteriores, as bases para um setor mais intensivo e dinâmico, voltado para o mercado.

6.3 Origem e composição dos rendimentos familiares – “O peso da pluriatividade”

Tabela 6 Frequência das fontes de renda³⁸

Fonte de renda	Famílias beneficiárias (em %)
Pensão (01)	14,30
Bolsa-família (02)	28,60
Artesanato (02)	28,60
Aposentadoria (01)	14,30

³⁸ “Continua” ...

Serviço temporário (05)	71,40
Arrendamento da terra (0)	0,00
Repasse de parentes (02)	28,60
Produção comercializada (05)	71,40
Assalariamento permanente (0)	0,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2010. “Conclusão”

Analisando as informações do quadro acima, percebemos que a maioria (numérica) das famílias apresenta rendimentos provenientes da realização de *serviços/trabalhos temporários* (categoria que abrange a maior incidência de atividades pluriativas) e também da *comercialização da produção* agropecuária. Apesar de haver evidências da obtenção de renda fundiária (em momentos anteriores, no arrendamento de pasto), esta já não existe mais, assim como a obtenção de renda baseada em assalariamento permanente, uma vez que este regime de trabalho pode acabar por comprometer ou concorrer com as tarefas da roça ao longo do ano.

A tabela abaixo possibilita uma leitura geral das diferentes rubricas que compõem a estrutura de receitas das famílias assentadas entrevistadas, especificando as origens das entradas, os totais anuais, os valores médios por família e a participação percentual de cada modalidade de rendimento.

Tabela 7 Estrutura da renda

Componente	Montante acumulado (anual)	Média por família	Percentual
Pensão - rendimento total (em R\$/ano)	6120,00	874,29	6,66
Bolsa-Família - rendimento total (em R\$/ano)	3324,00	474,86	3,62
Assalariamento permanente - rendimento total (em R\$/ano)	0,00	0,00	0,00
Aposentadoria - rendimento total (em R\$/ano)	24480,00	3497,14	26,67
Serviço temporário - rendimento total (em R\$/ano)	39740,00	5677,14	43,30
Repasse de parentes - rendimento total (em R\$/ano)	3100,00	442,86	3,37
Artesanato - rendimento total (em R\$/ano)	300,00	42,85	0,32
Produção comercializada - rendimento total (em R\$/ano)	14700,00	2100,00	16,01
Total (em R\$):	91764,00	13109,13	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A renda média anual por família calculada foi de R\$ 13.109,13 (seis famílias obtêm ganhos mensais entre um e cinco salários mínimos). Apesar do mesmo número de famílias (cinco) participarem de duas modalidades de renda de maior frequência (serviço temporário e produção comercializada), o volume de recursos proporcionados por cada atividade é muito desigual. A modalidade *serviço temporário* responde por 43,30% do total da renda, já a modalidade *produção comercializada* compõe apenas 16,01% deste total, ou seja, é mais

garantido ganhar dinheiro vendendo a força de trabalho do que exercendo o chamado “ofício principal” de agricultor familiar.

Um aspecto interessante, implícito na tabela acima, reside no fato de que, mesmo havendo apenas uma família que recebe benefícios previdenciários, a participação desta fonte de rendimentos - em termos monetários - representa 26,67% do total anual acumulado. Isso evidencia o impacto extremamente positivo e significativo da previdência social na composição da estrutura de renda do universo das famílias estudadas, que se encontram numa situação de extrema dificuldade de obtenção de recursos financeiros para garantir sua sobrevivência (o rendimento mensal médio não chega a um salário mínimo). Delgado e Cardoso Jr. (1999) sustentam a hipótese de que se há uma nova realidade no campo brasileiro, essa pode ser observada pela importância do segmento familiar, que tem na renda previdenciária fonte complementar à produção de subsistência para garantir uma melhoria na qualidade de vida, ou fonte de financiamento dos investimentos na produção agrícola.

As atividades pluriativas que são efetivamente desenvolvidas pelas famílias entrevistadas encontram-se nas categorias de renda *serviço temporário* e *artesanato*. A categoria serviço temporário se divide basicamente em duas (de acordo com a natureza da renda proporcionada): safrista e outros trabalhos assalariados temporários.

Tabela 8 Rendimento de atividades pluriativas (Serviço temporário e artesanato)

Atividade	Média (em R\$/ano)	Participação na renda pluriativa total (em %)
Safrista - renda total (ano)	2400,00	41,95
Outros trabalhos assalariados – renda total (ano)	3277,14	57,29
Artesanato - renda total (ano)	42,85	0,74
Renda pluriativa total (ano):	5719,99	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Percebe-se claramente, segundo os dados da tabela 8, que o exercício da pluriatividade adquire maior relevância nos trabalhos de safra (chamada “panha de café”) nas fazendas vizinhas, que ocorre geralmente entre os meses de maio a agosto. Na subcategoria *outros trabalhos assalariados* estão incluídos: emprego na construção civil, operador de máquinas, realização de carretos, motorista, empreitas rurais, atendente no comércio local e atividades relacionadas à mineração. O grau de informalidade destas ocupações é bem maior, quando comparado com os trabalhos de safra nas fazendas de café, que oferece carteira assinada. Somando-se os ganhos provenientes destas três categorias de renda extra-agrícola (safrista, outros trabalhos assalariados temporários e artesanato), obtém-se um percentual de 43,63% da totalidade da renda monetária auferida.

Tabela 9 Renda pluriativa x outras rendas

Tipo de rendimento	Média	Percentual
Renda pluriativa (em R\$/ano)	5720,00	43,63
Outras tipos de renda (em R\$/ano)	7389,14	56,36
Renda total (em R\$/ano):	13109,14	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

6.4 Dispêndios familiares e o balanço do orçamento doméstico

Para que seja possível um balanço orçamentário final, passa-se a seguir à mensuração dos dispêndios familiares para o período de um ano.

A tabela 9 contém os dados sobre os dispêndios correntes efetuados pelos agricultores familiares assentados. Como pode ser observado, dividiu-se o total de despesas em sete rubricas principais: alimentação, vestuário, saúde, lazer, educação, energia elétrica e celular e outros gastos. Com exceção de uma família apenas, a rubrica referente à alimentação prepondera em todos os casos, sendo que na média ela representa 41,95% dos gastos correntes.

Tabela 10 Estrutura geral dos gastos familiares correntes, segundo tipo de despesa

Dispêndio	Média por família (em R\$)	Montante anual (em R\$)	Participação no gasto anual total (em %)
Alimentação	3008,57	21060,00	41,95
Vestuário	385,71	2700,00	5,38
Saúde	791,14	5538,00	11,03
Lazer	440,00	3080,00	6,13
Educação	150,00	1050,00	2,09
Energia elétrica e celular	905,14	6336,00	12,62
Outros gastos	1491,43	10440,00	20,8
Total (em R\$)	7172,00	50204,00	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (2010)

A rubrica *Outros gastos* refere-se às despesas dos chamados: (a) fundo de manutenção³⁹ – saídas com combustível, transporte e deslocamento, reparos e manutenção do domicílio e do capital depreciável da unidade de produção (aquisição de instrumentos de trabalho, reformas de celeiros e currais, dentre outros); (b) fundos cerimoniais - dízimo, doações e contribuições diversas. A participação deste item representa uma parcela significativa no volume total despendido (20,80%), e pode ser explicado pela necessidade recorrente de deslocamento e abastecimento/manutenção de peças de motos e veículos.

Tabela 11 Entradas e saídas de recursos financeiros na economia familiar

Componentes da economia familiar	Montante anual médio (em R\$/ano)	Média por família (em R\$/ano)
1.Renda monetária	91764,00	13109,14
Total 1:	91764,00	13109,14
2.Gastos correntes	50204,00	7172,00(71,60%)
3.Recursos destinados à atividade agropecuária	19908,00	2844,00 (28,39%)
Total 2 (2+3):	70112,00	10016,00
Saldo (Total 1 – Total 2):	21652,00	3093,14

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Ao confrontarmos os dados das tabelas alusivas aos rendimentos monetários com aqueles dispostos na tabela sobre os gastos correntes - e

³⁹ Conceito utilizado por Eric Wolf (1976), no livro “Sociedades Camponesas”, definido como “Os gastos [tempo, esforços e dinheiro] necessários para a restauração do equipamento, tanto para a produção como para o consumo... não apenas técnicos mas também culturais” (Wolf, 1976, p. 19).

somando a este último os recursos destinados ao financiamento das atividades agropecuárias - observamos que as famílias geram os recursos necessários, sem endividar-se, para garantir a sua sobrevivência.

A capacidade de manutenção econômica das famílias fica mais sólida quando consideramos a participação dos rendimentos não-monetários, ou ainda a importância do autoconsumo no cálculo estratégico e no balanço orçamentário aqui realizado. Esse aspecto pode ser mais bem compreendido ao verificarmos que o montante médio de recursos destinados à atividade agropecuária representa quase 30% do total de saídas anuais, mas a renda proveniente da comercialização de produtos agrícolas compreende 16% do total das receitas monetárias. Portanto, boa parte da produção fica para o abastecimento interno das famílias, que conjugada com a prática de atividades pluriativas (serviços temporários diversos) e uma indústria doméstica rural vigorosa, passa a compor as estratégias socioeconômicas dominantes, escapando ao modelo mais tradicional baseado num certo produtivismo agrícola.

A tabela 9 apresenta o saldo anual resultante do confronto entre receitas e despesas (em valores médios por família), que atinge a marca de R\$ 3.093,14. Esse “superávit” médio alcançado pelas famílias entrevistadas do Assentamento Santo Dias em parte pode ser atribuído à reduzidíssima ocorrência de amortizações relacionadas à quitação de financiamentos com recursos de terceiros (créditos para investimentos e/ou aquisição de bens duráveis e custeio das atividades produtivas). Como nenhuma das unidades familiares pesquisadas declarou possuir aplicação financeira e/ou poupança acumulada, o relativo saldo positivo anual é quase que inteiramente orientado para o financiamento da próxima safra. Consideramos que o saldo positivo anual obtido do confronto entre receitas e despesas monetárias precisa ser relativizado devido - além das explicações fornecidas no texto -, a outras duas razões:

(1º) imprecisão dos dados – os agricultores não costumam realizar o controle de seus gastos (domésticos ou custos de produção) de forma padronizada e/ou formalizada;

(2º) em decorrência da razão anterior, há a possibilidade de omissão de certas informações pelas famílias, como a subestimação dos gastos relativos ao desfrute de atividades de lazer e entretenimento (não declaradas), concessão de empréstimos a amigos e parentes, contribuições diversas (dízimo, mensalidade da associação, sindicato, partido político), repasse a filhos e parentes que moram em outras localidades e recursos para o fundo de manutenção.

7 ESTRATÉGIAS, RACIONALIDADES E RENDAS: AS FAMÍLIAS CONSTRUINDO A SUA EXISTÊNCIA

Os agricultores não constituem um grupo social homogêneo. Não correspondem, portanto, a uma classe social mas incluem uma diversidade social produzida pelas diferentes condições de produção a que estão submetidos, tais como: tamanho da propriedade, grau de emprego de técnicas agrícolas, acesso a créditos; capital cultural (valores, saberes, tradição) e social (número e sexo dos filhos, rede de relações sociais) disponível; relação com o mercado. (Lamarche, 1993).

A incorporação e o significado de atividades extra-agrícolas à dinâmica das famílias de agricultores pesquisadas devem ser compreendidos na posição que elas ocupam no conjunto da economia familiar, levando-se em conta as estratégias de reprodução social construídas. Nesse sentido, existem diferentes possibilidades de se associar o exercício da pluriatividade ao interior das unidades familiares, o que implica numa diversidade de significados que este tipo de combinação poderá assumir na reprodução social (Carneiro, 1999). Ao analisarmos as características: (a) da composição familiar, (b) das formas de exploração do solo e técnicas de manejo (animal e vegetal) adotadas, (c) da composição dos rendimentos monetários, (d) da estrutura dos dispêndios (tanto os gastos correntes como os custos das principais atividades agropecuárias), e (e) do balanço orçamentário anual; e ao relacionarmos estas análises às informações qualitativas obtidas pelo convívio com as famílias ao longo da atividade de campo, que relatam, entre outras questões, as motivações, perspectivas e projetos familiares, podemos interpretar alguns dos elementos que compõem as estratégias de reprodução social por elas construídas. É importante acrescentar que as informações qualitativas emergiram tanto na fase exploratória quanto no

período de aplicação dos questionários, sobretudo pelas percepções capturadas através das questões abertas⁴⁰.

Mesmo sendo um universo social bastante heterogêneo quando comparadas entre si e com restante do ASD, as famílias estudadas apresentam uma diretriz comum fundamental que orienta a sua conduta econômica, social e cultural: a necessidade de perpetuação do patrimônio sócio-territorial. Essa diretriz, que percebemos ao analisar as informações qualitativas que obtivemos, assume certa singularidade em cada caso, mas essa constatação significa o quanto é necessário levar em consideração a idéia de que as estratégias familiares nem sempre são formuladas visando a responder exclusivamente a determinações de ordem econômica. O esforço de manutenção de uma unidade produtiva agrícola que é reconhecidamente inviável segundo os parâmetros econômicos convencionais (lucratividade, produtividade, rentabilidade) pode mobilizar estratégias familiares (pluriativas) motivadas pelo valor cultural expresso no patrimônio territorial e na atividade agrícola por si.

Não se trata, portanto, em investigar (ou especular) se as famílias investirão na manutenção da atividade agrícola enquanto atividade principal ou se há a tendência em diminuir o peso da atividade agrícola na renda familiar, reorganizando o uso da terra e da força de trabalho disponível para outros setores. A relação com a terra persiste e provavelmente persistirá; a questão central a ser explorada consiste em saber se a atividade agropastoril dará suporte a outras prioridades/projetos (concorrentes ou complementares) das famílias ou se será suportada por estas – de um modo geral, é a partir desse ponto que insere

⁴⁰ O pesquisador participa do grupo de pesquisa e extensão GEDIM – Gênero e Diversidade em Movimento – certificado pelo CNPQ. Além de acompanhar as atividades do grupo no ASD, também ministrou um curso de gestão de associações e administração rural, nos meses de abril e maio de 2010.

o peso e o significado das atividades pluriativas no conjunto da economia familiar.

Essa vocação (ou tradição) agrícola não desapareceu nem mesmo com a experiência de moradia e trabalho em ambientes tipicamente urbanos - a relação com a agricultura esteve presente durante toda a vida das famílias, ainda que de forma descontínua. Esse poderoso vínculo é o que alimenta a continuidade das atividades rurais; mas a intensidade, volume e finalidade dessas atividades são influenciados segundo as prioridades das famílias em determinadas circunstâncias e pelo estágio do ciclo demográfico, que considera número e idade dos filhos e moradores agregados.

A manutenção do patrimônio sócio-territorial está direta ou indiretamente entrelaçada com a luta por autonomia, progresso e melhoria da qualidade de vida (VAN DER PLOEG, 2009), uma forma de construção e reprodução de um estilo de vida em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação. Por se tratar de um assentamento de reforma agrária, uma experiência que envolve lutas, conflitos, esperas, incertezas, agentes mediadores externos e sujeitos sociais (os assentados e assentadas) que buscam (re) construir trajetórias de vida interrompidas, essa luta assume um caráter ímpar.

Segundo Van Der Ploeg (2009) essa luta materializa-se na criação e desenvolvimento de uma *base de recursos autogerida*, envolvendo tanto recursos sociais como naturais. É justamente dessa forma que os agricultores pesquisados interagem com o mercado: enquanto uma parte da *riqueza co-produzida* (em troca com a natureza) é vendida, a outra é usada para a reprodução da propriedade e da família – não é por acaso que os rendimentos não-monetários assumem uma importância muito maior do que a renda da

produção comercializada (16%). A produção para o autoconsumo responde por quase 60% do necessário para a alimentação das famílias.

Cada ciclo de produção apóia-se sobre os recursos produzidos e reproduzidos ao longo dos ciclos anteriores. Boa parte do saldo positivo obtido no balanço orçamentário realizado (média de R 3.093,14 anuais) pela maioria das famílias é revertido no próximo ano-safra nas próprias explorações agropecuárias. Nesse sentido, eles entram no processo como valor de uso (mesmo que consideremos seu forte componente de valor de troca) e são usados para produzir mercadorias e ao mesmo tempo reproduzir a unidade de produção familiar.

Ao contrário da agricultura empresarial/capitalista que se orienta essencialmente pelo aumento da escala de produção e pela geração de lucros, as famílias do ASD pesquisadas constroem uma plataforma econômica baseada numa relação de troca não-mercantilizada com a natureza, o que torna o seu sistema de explorações menos dependente dos mercados de insumos e outros meios de produção. O foco é voltado para produzir tanto valor agregado quanto possível sob as circunstâncias dadas, e de preferência, aumentar esse valor agregado na unidade produtiva. O vigor da IDR é explicado devido as possibilidade de transformação e aproveitamento de recursos autoproduzidos (e, portanto, não-comprados), cujo processamento não é contabilizado como custo – esses serviços não são remunerados. O preço de uma unidade de queijo, por exemplo, é definido sem computar o trabalho empregado na sua produção.

Os agricultores atuam no sentido de converterem as receitas monetárias obtidas, principalmente as extra-agrícolas, numa base interna de recursos autogeridos que proporcione uma produção física suficiente para garantir a sua segurança alimentar e, com o tempo, uma maior autonomia frente ao mercado de trabalho e as incertezas inerentes a este.

O foco na agregação de valor no interior da unidade sócio-territorial e a construção de uma base de recursos autogerida são recursos táticos utilizados para a maximização do bem-estar familiar e das oportunidades de sobrevivência. Por outro lado, a maximização das oportunidades de sobrevivência passa também pela minimização de riscos. As privações físicas e psicológicas experimentadas pelos agricultores ao longo de suas vidas foram de tal magnitude que eles não podem se permitir obter uma quantidade de produtos abaixo do mínimo necessário à sua sobrevivência – ainda mais aqueles em que o peso da subsistência é significativo para a manutenção da família.

Qualquer decisão de investimento, seja para tornar a atividade agrícola um negócio, seja para abrir um estabelecimento comercial ou até mesmo na qualificação profissional dos filhos, em torno da qual houver riscos de perdas que impliquem redução da capacidade de subsistência mínima, será descartada.

O patrimônio das famílias foi majoritariamente adquirido no período anterior à vivência no assentamento. Esse patrimônio não é somente material, como móveis, eletrodomésticos e veículos, mas também humano: além da tradição agropastoril, o desenvolvimento de habilidades e ofícios diversos, como de marceneiro, eletricitista, mecânico, motorista, pedreiro, operador de máquinas dentre outros. Segundo Klaas Woortmann, esse acúmulo de patrimônio social é particularmente marcante na trajetória dos agricultores familiares e está associado ao fenômeno da migração: “ao longo da carreira migratória, o campesinato dissolve a dicotomia rural-urbano, unificando em sua experiência de vida as experiências da cidade e do campo” (WOORTMANN, 1990).

Para viabilizar determinado padrão de vida por ela estabelecido, a família satisfaz parte das suas necessidades através do trabalho na terra com a produção, para o autoconsumo, de arroz, milho, feijão, mandioca e pomar/horta, leite, ovos e derivados da IDR (farinhas, geléias, doces, conservas, essências,

produtos farmacêuticos e de higiene pessoal, instrumentos de trabalho e insumos de produção), e complementa o restante dos bens e serviços que a agricultura de subsistência por si só é incapaz de proporcionar com a renda monetária dos serviços temporários - as práticas pluriativas como as de safrista, motorista de carretos, construção civil, mineração, atendente comercial e empreitas rurais. Essa é uma estratégia para a obtenção de renda monetária que custeia parte dos gastos correntes e parte dos custos de produção da atividade agropecuária.

A introdução no mercado de trabalho coloca, entretanto, uma variável exógena à determinação do nível de equilíbrio sócio-econômico das famílias assentadas. Este equilíbrio deixa de ser, mesmo que não inteiramente, determinado por uma avaliação subjetiva, segundo o princípio chayanovista de equilíbrio entre trabalho e consumo. O *custo de oportunidade* oferecido pelo mercado de trabalho modifica o cálculo estratégico da agricultura familiar: o esforço familiar passa a ser comparado não apenas com o retorno (físico ou monetário) do estabelecimento agrícola, mas também das condições de assalariamento. É perfeitamente concebível que as famílias prefiram que alguns de seus membros trabalhem como assalariados, encontrando no mercado de trabalho um meio de suprir parte de suas necessidades básicas. Ressaltamos que, evidentemente, as decisões dos assentados são influenciadas por várias questões, entre elas as relações intrafamiliares, o assentamento e suas instâncias organizativas, o MST e as escolhas individuais de cada pessoa. Permanentemente as estruturas sociais e os sujeitos interagem propiciando a ressignificação de valores e a ocorrência de mudanças em várias direções.

Este é um componente de uma estratégia mais ampla que permitirá a própria continuidade da relação com a terra, e dependendo da ação de outras variáveis, esta poderá assumir um papel principal ou secundário para a manutenção das famílias.

Dependendo do estágio demográfico e da amplitude dos projetos familiares, como o interesse pela educação profissional dos filhos, por exemplo, o apreço pelo “trabalho na roça” pode adquirir um nível variável de pragmatismo. O prazer em lidar com os afazeres rurais adquire uma dimensão funcional no conjunto das atividades desempenhadas para garantir a manutenção da família e outras responsabilidades por ela eventualmente assumidas, por exemplo, o auxílio aos filhos recém-casados e/ou em dificuldade e aos netos.

Famílias em situações nas quais os filhos são todos (ou a maioria deles) adultos, pouco dependentes materialmente dos pais e capazes de gerar rendas suficientes para satisfazer seu padrão de consumo individual e cujo excedente é transferido à família para cobrir gastos coletivos faz com que o desempenho da produção para o autoconsumo não seja tão decisivo para a manutenção familiar. A quantidade de cereais, o leite, os ovos, a farinha, os remédios continuam a ser produzidos, ainda que em quantidades menores. O retorno financeiro dos trabalhos assalariados extra-lote tanto dos pais quanto dos filhos permite a aquisição do restante dos bens e serviços que necessitam nos estabelecimentos urbanos locais, ao invés de produzi-los por conta própria, além de contribuir para o abastecimento dos filhos com “família própria”.

Nesse caso, a família atua como uma espécie de “nave mãe” das outras: recebe repasses dos filhos já casados que moram fora e se sentem na obrigação de ajudar os pais (agricultores assentados), que utilizam esse recurso para financiar a própria atividade agrícola cuja venda ou produção física é repassada para os filhos recém-casados (e com filhos pequenos) ou no auxílio aos filhos solteiros que optam por sair de casa.

O trabalho extra-agrícola executado por uma ou mais pessoas da unidade familiar pode desempenhar diferentes funções na dinâmica de reprodução social da unidade familiar. Há algumas famílias entrevistadas em que o volume de

recursos auferidos permite o investimento em atividades produtivas que assumem o caráter de empreendimento comercial (como o café, a pimenta e o arroz), e mesmo que não haja retorno proporcional ao esforço investido, a agricultura passa de atividade provedora (subsistência), para uma atividade empreendedora, absorvendo recursos na forma de investimentos.

A pluriatividade permite preservar o funcionamento da exploração agrícola (autofinanciamento), mesmo que esta não reverta em benefícios econômicos imediatos para a família, e quando a produção é progressivamente voltada para a venda, a rubrica destinada ao capital de instalação do inventário produtivo na fase inicial do empreendimento torna-se mais elevada.

Ser um pequeno empresário rural é o objetivo de algumas famílias pesquisadas, que buscam por uma estrutura de renda sustentada prioritariamente por ganhos de produtividade e condições de comercialização vantajosas em termos de custo-benefício. Mas para que este processo se torne viável, é necessário angariar uma massa de recursos cujo rendimento líquido seja diretamente canalizado para estruturar e dar robustez ao seu sistema de produção. Esse investimento requer esforços – o que exige, entre outras medidas, a venda da força de trabalho, e como vimos em alguns casos, a migração sazonal para grandes capitais onde o mercado da construção civil esteja aquecido.

Porém, mesmo quando assume um caráter mais comercial, os recursos nunca são totalmente destinados para um único empreendimento, por mais rentável que este pareça, uma parcela das terras, da força de trabalho (humana e animal), do dinheiro, da capacidade de processamento/transformação e da própria produção física sempre são “poupados” para o abastecimento interno.

Diversificação e flexibilidade são princípios presentes também para outras categorias, embora os fins possam ser diferentes, e orientam a economia

dos agricultores assentados que se sobrepõem aos indicadores econômico-financeiros tradicionais. É justamente aí que residem as contradições com os princípios característicos de uma família agrícola de caráter empresarial, cuja lógica de reprodução social é determinada pela realização de uma produção orientada para o mercado e obedecendo à satisfação de índices de rentabilidade e produtividade crescentes. A diversificação não implica apenas em ampliação das possibilidades de obtenção de ingressos, especialmente rendas (agrícolas, não-agrícolas, outras) mas representa, sobretudo, uma situação em que a reprodução social, econômica e cultural é garantida mediante a combinação de um repertório variado de ações, iniciativas, escolhas, enfim, estratégias (ABRAMOVAY, 2007, p. 25).

Essa flexibilidade entre o consumo e a venda da produção agrícola, em função de circunstâncias ocasionais explica a razão de a mandioca, o milho, o feijão e o gado ocuparem uma posição central na pauta produtiva dos agricultores familiares: como produto alimentar eles ampliam a margem de opção dos produtores. Os estudos de Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983) fornecem bons exemplos deste “cálculo camponês”, por eles chamado de *alternatividade*: caso o mercado não seja propício, o objetivo central de alimentar a família não estará fatalmente comprometido. No geral, as famílias tendem a priorizar explorações que tenham características polivalentes, para melhor gestão do volume geral de atividades, como o milho, a mandioca e o gado. Os recursos disponíveis inclusive os considerados “domésticos”, estão sujeitos a uma perspectiva multifuncional quanto a sua utilidade, tornando-os em certa medida bens de capital capazes de gerar valor.

Outra razão, dentre várias, para os agricultores não adotarem estratégias de reprodução social baseadas na monocultura, especialização e/ou integração total aos mercados (de qualquer natureza) refere-se à noção subjetiva do

conceito de sucesso. Segundo alguns depoimentos, nem sempre a vivência do sucesso econômico significa a vivência de bem-estar social e cultural, como, por exemplo, em casos em que o incremento de produtividade e renda esteja acompanhado de uma intensificação da exploração do trabalho, desestruturação familiar, perda de relativa autonomia na gestão interna da propriedade.

Como foi dito anteriormente, a prática agrícola representa para as famílias uma forma de manter viva a tradição cultural de vida no campo, muitas vezes adiada ou interrompida ao longo de sua história por conta de restrições impostas pela urgência em encontrar meios alternativos de viver e sobreviver. Há, contudo, uma diferença qualitativa fundamental que torna a análise desse aspecto bastante plural: *viver na terra* não significa *viver da terra*.

O manejo de lavouras e criações para algumas famílias é uma forma de lazer, e não necessariamente um meio de baratear o custo de vida, complementar o consumo, formar estoques para garantias futuras, transferência de riqueza/renda aos filhos que precisam, ou mesmo a obtenção de rendimentos provenientes da comercialização da produção bruta e/ou com agregação de valor para melhoria da qualidade de vida da família. A prioridade nesse caso não é necessariamente produzir, mas sim descansar e ocupar o tempo com atividades produtivas agropastoris. O trabalho no campo é uma forma particular de construir o cotidiano.

Para que esta situação se torne objetivamente possível, é necessário que a sobrevivência da família esteja assegurada (e com certa folga). As transferências governamentais na forma de benefícios previdenciários aliadas a um ciclo demográfico caracterizado pela auto-suficiência dos filhos contribuem para esta segurança. As condições para o florescimento de pequenos negócios estão mais consolidadas (a exemplo da produção orgânica de hortaliças, banco de sementes e mudas para a venda, piscicultura em tanque-rede dentre outros).

Todavia, o fator determinante na decisão de levar ou não a iniciativa adiante é o custo psicológico a ser despendido para tal.

8. ASPECTOS QUE INFLUENCIAM O DESEMPENHO DAS FAMÍLIAS NA CRIAÇÃO DE UMA BASE DE RECURSOS AUTOGERIDA

Gostaríamos de apresentar algumas considerações a respeito de dois elementos que acreditamos ser de grande influência no delineamento da forma como as famílias agricultoras que protagonizaram esta pesquisa administram os seus recursos: o impacto das políticas públicas de compra direta e o papel das divisões político-organizativas (DPO's).

8.1 Políticas públicas de apoio à comercialização: o *Programa Barriga Cheia*

O êxito na tarefa de vender o produto, aliado a uma regularidade da oferta e estabilidade de preços, será determinante para a auferição dos rendimentos monetários do lote, influenciando estrategicamente a necessidade, ou não, de complementação da renda por meio de outras atividades e da própria produção autoconsumida. (Leite, 2003).

Apesar da imprecisão dos dados disponíveis, cerca de 40% do total de famílias (17) do ASD obtém uma parcela da sua renda proveniente da comercialização da produção. O principal comprador desses produtos é o programa público denominado *Barriga Cheia* (CENSO DA PRODUÇÃO INTERNA, 2010).

O Programa *Barriga Cheia* foi criado no ano de 2007 pelo Governo Federal em parceria com a Prefeitura Municipal de Guapé (PMG) através das Secretarias de Agricultura e Desenvolvimento Social. O conselho gestor do programa é composto, além dos representantes do poder municipal, pela Associação dos Agricultores Familiares de Guapé (AAFARG). Juntamente com os atores anteriormente citados, contribuem para o funcionamento do programa

a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o Sindicato dos Agropecuaristas em Regime de Economia Familiar de Guapé (SAREFG).

O programa *Barriga Cheia* opera a partir de cinco subprojetos principais:

I. *Horta Comunitária* - produção de verduras e legumes para distribuição no armazém municipal;

II. *Lixo e Cidadania* - projeto que gerencia e realiza a troca de materiais recicláveis coletados por vale-alimentação;

III. *Armazém municipal* - unidade que realiza a troca de vale-alimentação (recebido pela entrega de materiais recicláveis ou pela prestação de outros serviços) por alimentos e produtos processados, como arroz, feijão, carne, peixe, verduras, legumes e doces produzidos pelos agricultores do município e pela horta comunitária do programa.

IV. *Restaurante Popular* – estabelecimento que oferece refeições de baixo custo à população local. A tabela de preços segue a seguinte classificação: (a) R\$1,00 para os que portam vale-alimentação; (b) R\$ 2,00 para funcionários públicos, aposentados, pensionistas, aposentados e agricultores familiares; (c) R\$ 3,00 para demais públicos.

V. *Prestação de serviços* – unidade operacional do Programa *Barriga Cheia* que oferece oportunidade de trabalho a pessoas desempregadas que queiram trabalhar na manutenção da horta comunitária, na limpeza de vias públicas e outros trabalhos sociais necessários.

A CONAB - através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - é a principal mantenedora do programa. No último período (2009-2010) o volume de recursos liberados foi da ordem de R\$ 2.106.406,92. A prefeitura municipal de Guapé (PMG) é a responsável pela realização dos contratos e convênios com

as associações de produtores (principalmente AAFARG) que abastecem o programa e também é responsável pelas demais despesas dos outros subprojetos.

Até o início do ano de 2009 já eram mais de 700 agricultores cadastrados. O volume de alimentos está tão alto (na horta do projeto são colhidos por mês cerca de 20 toneladas de verduras e legumes destinados ao programa) que, além de Guapé, o *Barriga Cheia* está atendendo outros dez municípios da região, com doações para asilos, creches, escolas e instituições filantrópicas. Apesar da abundância, alguns produtos ainda são escassos, como a carne bovina e o arroz (Dados da pesquisa, 2010).

Para as famílias pesquisadas neste trabalho, o impacto desta política pública tem sido especialmente importante porque a compra da produção permite que os agricultores recuperem parte do recurso monetário utilizado para custear a sua atividade agrícola. A quantidade de produtos entregue pelos assentados e o preço estipulado pelo PAA não são suficientes para se obter um retorno econômico positivo. De qualquer forma, depois de deduzida a parcela reservada ao autoconsumo e suas variações (estoque e IDR), o destino da produção excedente muitas vezes oferece poucas margens de opção aos assentados (doação, troca e quando possível o comércio).

O Programa Barriga Cheia permite, sob condições regulares, tanto a venda, quanto a troca da produção por outras mercadorias. Como dito anteriormente, a venda da produção extra possibilita a recomposição de parte do dinheiro dedicado à agropecuária no referido ano-safra - dinheiro este provido em 43,63% pelo exercício de atividades pluriativas. A recuperação deste recurso financeiro é fundamental para que a tática de construção de uma base produtiva autogerida obtenha êxito, sendo que cada ciclo de produção apóia-se sobre recursos produzidos em ciclos anteriores e que entram no processo como instrumentos de trabalho (valor de uso) e não como mercadorias.

8.2 As divisões político-organizativas – DPO’s

A organização social do assentamento é composta, formalmente, pelas divisões político-organizativas tradicionais (ou DPO’s) do MST. Segundo Magrini (2010) as DPO’s do ASD são *“compostas basicamente pelos núcleos de famílias, setores de organização interna e pela associação dos assentados (as), cada uma delas com seus (suas) respectivos (as) coordenadores (as)”*. Essas DPO’s expressam formas de trabalho e organização coletiva entre os assentados e historicamente tem influenciado no processo de construção de espaços de socialização entre os mesmos.

8.2.1 A estrutura de organização social do ASD

Núcleos de base e setores temáticos são componentes da proposta metodológica/pedagógica de organização dos acampamentos e assentamentos difundidos pelo MST. Esta proposta foi criada com o desafio de tentar evitar ou amenizar os problemas de convivência e de produção ocorridos pela adoção do modelo de agrovila, nos projetos de reforma de várias regiões do país. Segundo CONCRAB (2001) *“Com esta lógica, poderemos garantir a aproximação das famílias, evitando as distâncias do local da produção e mesmo o inconveniente das criações dos vizinhos que interferem no quintal do próximo, como podemos garantir a eletrificação e água encanada”*. É com base nessas funções que as formas sociais de organização da produção e as formas de cooperação agrícola deverão, em princípio, se estruturar.

Os núcleos de base e setores são espaços iniciados no período de ocupação e resistência na terra e que precisam ser aperfeiçoados e consolidados após o assentamento das famílias.

8.2.2. Os núcleos de base

O ASD possui quatro núcleos (cuja composição segue o critério de afinidade entre as famílias), cada um é identificado por um nome, possui dois (duas) coordenadores (as) e uma forma particular de se organizar. São eles:

□ **Núcleo Bartolina Cissa:** Tem esse nome em homenagem a uma guerreira indígena que lutou contra a invasão dos espanhóis no século XVIII. Com 15 famílias, o núcleo optou por manter o uso comum das terras, utilizando apenas quatro hectares por família para moradia, produção e criação familiar, o restante das terras foram unidas e divididas em três áreas comuns.

□ **Núcleo Florestan Fernandes:** Homenageia o importante sociólogo e político brasileiro. O núcleo possui 13 famílias com 10 hectares de produção e moradia familiar e 50 hectares para produção coletiva.

□ **Núcleo Margarida Alves:** O terceiro núcleo homenageia a trabalhadora rural e líder sindical de Alagoa Grande/PB, assassinada em 1983. Este núcleo possui 10 famílias com 15 hectares de produção e moradia familiar e 10 hectares para produção coletiva.

□ **Núcleo Sidney Dias:** Homenageia o agricultor que morreu em um acidente de caminhão que trazia a mudança de um grupo de acampados de Ribeirão Preto/SP para Campo do

Meio/MG. Este núcleo possui 11 famílias com 14 hectares para produção e moradia familiar e nenhum para produção coletiva.

Existe grande disparidade na estrutura que define o modelo de organização da produção quando comparamos um núcleo com o outro. As diversas possibilidades de se combinar as formas de apropriação da terra, do trabalho, do capital, do planejamento e controle da produção e da disposição das moradias fazem com que uns adotem um sistema mais individualizado - onde grande parte das terras é utilizada individualmente pelas famílias - e outros um sistema de produção mais coletivo de exploração, onde as famílias utilizam áreas comuns e reservam um mínimo para exploração individual/familiar.

Mas, em que essas informações seriam significativas para os objetivos deste trabalho, poderíamos nos perguntar. O fato é que a forma de organização de cada núcleo indica, ainda que parcialmente, como as famílias interagem com o restante do assentamento, e aponta alguns aspectos da sua vida comunitária.

As estratégias de reprodução social não dependem somente da composição da família, do equilíbrio entre trabalho e consumo e das condições do mercado de trabalho. As características de cada núcleo também entram nesse jogo, e podem catalisar ou restringir a capacidade de maximização de bem-estar e de desenvolvimento social, econômico, político e cultural das famílias que dele fazem parte. A troca de experiências e conhecimentos, a aprendizagem do exercício da democracia nos espaços decisórios, as relações de confiança estabelecidas, a ascensão de lideranças comunitárias, as economias de proximidade são componentes importantes para esse desenvolvimento - cuja apropriação (ou não) pode modificar o significado que as atividades pluriativas assumem no conjunto da economia familiar. O processo de aprendizagem contempla com certeza os diferentes enfrentamentos, conflitos, negociações,

expectativas e tensões variadas. Acrescenta-se ainda a presença de mulheres nas DPO's, tanto pelo direito a cotas sugerido pelo MST quanto pela legitimidade por elas conquistada ao longo da trajetória de construção do ASD, que a partir da interação com os homens, outros olhares, demandas e contribuições são vivenciados.

8.2.3 O associativismo: o papel da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias (AAFASD)

Outra DPO importante do assentamento foi fundada no dia 22 de novembro de 2008. A Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias (AAFASD) é uma via institucional criada por exigência do INCRA, mas que se consolida pela orientação política que o MST propõe para suas comunidades (Magrini, 2010).

A AAFASD é um instrumento polivalente nas suas funções, tendo como finalidade “Organizar e mobilizar os moradores do Assentamento Santo Dias interessados em desenvolver o Assentamento nos seus aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais e políticos, pensando na busca do bem comum, para criar e potencializar os espaços de convivência e as condições de uma vida digna e feliz” (Art. 2º, inciso II do capítulo I do Estatuto Social).

A constituição da associação foi fruto de um longo, rico e conflituoso processo de acúmulo sobre experiências coletivas que tem por objetivo a melhoria contínua da qualidade de vida das famílias: dos mutirões de trabalho e colheita do arroz coletivo nos primeiros anos de acampamento até o desenvolvimento recente de projetos de agroindústria. A experiência na gestão de projetos (formais e informais) tem tornado a associação especialista neste

assunto, ampliando as capacidades e o aprendizado técnico-político, e também a rede de parcerias.

O quadro 2 nos mostra os principais projetos executados, em desenvolvimento e ainda os por desenvolver do ASD. Além deles a associação ainda realiza: prestação de serviços administrativos (liberação do Documento de Aptidão ao PRONAF, orientação para benefício de aposentadoria rural), articulações políticas (no contato com a assessoria de parlamentares, ONG's diversas) e relações externas (prefeitura, INCRA).

Uma parte significativa de bens e serviços necessários à sobrevivência das famílias foi adquirida via esforços coletivos, o que inclui a atuação da AAFASD. Uma parcela significativa do capital de instalação como a construção de armazém, galpão, curral, pasto com cerca eletrificada; do capital de exploração, como ferramentas, roçadeiras, moto-serra, arame, insumos, combustíveis, cultivadores; a infra-estrutura da área social, que inclui escola, farmácia, laboratório de homeopatia, casa do mel; e a produção de subsistência da área coletiva.

Quadro 2 Principais projetos desenvolvidos na área⁴¹

Projeto	Objetivos	Agência financiadora	Valor (em R\$)	Situaçã o
Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (PROSAN)	Estímulo a atividade de apicultura	CONSEA-MG	13.500,00	Encerra do
Programa de Segurança Alimentar (PSA)	Estímulo à agricultura agroecológica	MDS	8.000,00	Encerra do
	I - A implementação da agrofloresta;			
	II - O uso de tração animal com cultivador no trabalho com o solo;			
Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas à Agricultura de Pequena Escala.	III - A construção de uma roda d'água para gerar energia, essa roda a comunidade faz questão de ser protagonista em construir e implantar;	Programas e Pequenos Projetos Ecosociais/ PNUD	62.700,00	Encerra do
	IV – Construção de um moinho movido à água, para o			

⁴¹ “Continua” ...

	processamento de fubá;			
	V – Construção de laboratório de homeopatia e farmácia para processamento de plantas medicinais;			
	VI - Capacitação para o artesanato no contexto ambiental;			
	VII – Capacitação para permacultura e eco-construção;			
	I -Contribuir na estruturação da agroindústria de açúcar mascavo, rapadura, moinho d'água;			
Projeto de apoio às atividades produtivas da Associação de Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias, Guapé - MG	II -Instalar experimentalmente o sistema de pastoreio racional Voisin;	Furnas Centrais Elétricas S.A	19.092,00	Em andamento
	III -Reflorestar matas ciliares e nascentes do assentamento Santo Dias;			
	“Continua”...			

Barriga Cheia	Compra direta da produção pela prefeitura (Arroz e horta)	PAA/CONAB	Não disponível	Em andamento
Bolsa-Verde	Remuneração pela conservação de áreas de APP e RL	Governo do Estado/IEF	200,00 por ha/família/ano protegido	Em fase de articulação
Grupo Olhos D'água: produzindo e preservando	Apoio a conquista de autonomia econômica das mulheres, associando gênero, classe e raça.	CNPQ/ UFLA/ DAE/ GEDIM	19.000,00	Em andamento

Fonte: Documentos internos – AAFASD, (2005, 2008, 2010); relatórios GEDIM/DAE/UFLA, 2010 “Conclusão”

O ambiente micro-local (núcleos e assentamento) onde as famílias pesquisadas estão inseridas influencia significativamente os níveis de agregação de valor na unidade produtiva, criação e desenvolvimento de uma base de recursos autogerida e domínio do capital ecológico ao longo do tempo.

Com isso, destacamos que tanto as políticas públicas de apoio à comercialização⁴², a morfologia sócio-produtiva dos núcleos de base e a natureza das práticas associativas e comunitárias promovem mudanças qualitativas na maneira como cada família se organiza para a manutenção do seu patrimônio sócio-territorial.

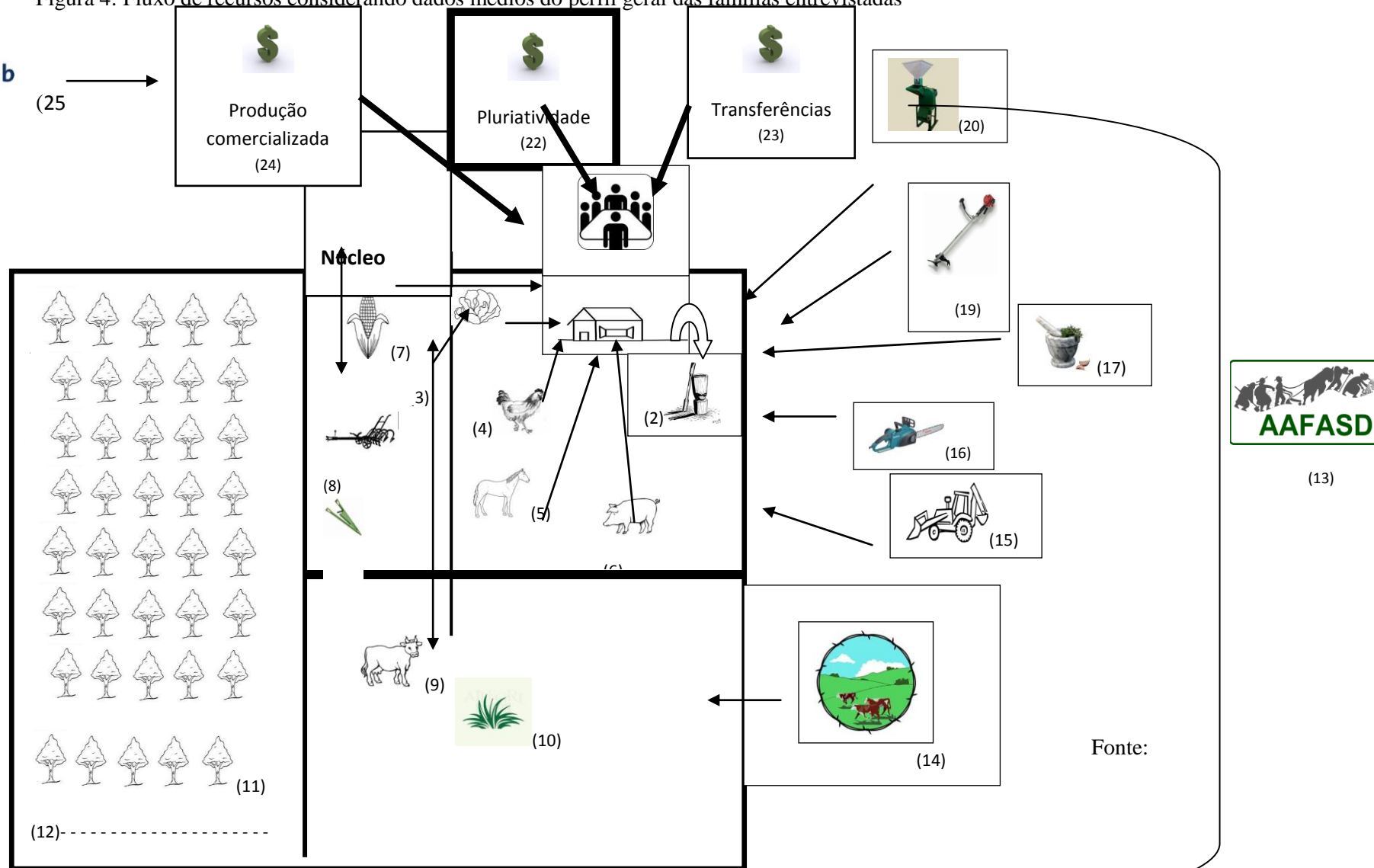
⁴² Mas também outras aqui não discutidas, como os créditos de habitação, instalação e exploração dos programas de assentamento do INCRA.

A figura 4 ilustra a discussão apresentada, de como o fluxo de recursos se amplia quando os aspectos acima comentados entram em cena para a dinâmica de reprodução social das famílias:

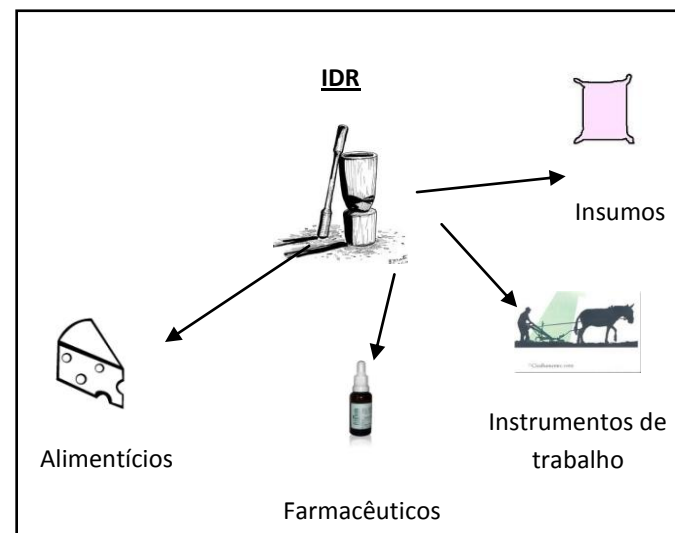
Figura 4: Fluxo de recursos considerando dados médios do perfil geral das famílias entrevistadas



(25)



- (1) Família – média de 6,28 pessoas
- (2) Indústria Doméstica Rural
- (3) Pomar e horta – 0,54 ha (=1,43%)
- (4) Galináceos – 28 unid./família; 2,14 dúzias ovos/semana
- (5) Eqüinos – 02 cabeças/família
- (6) Suínos – 03 cabeças/família
- (7) Lavouras – 5 ha/família (=12,97%)
- (8) Instrumentos de cultivo – plantadeira e cultivador
- (9) Gado – 7,42 cabeças/família
- (10) Pastagem – 10,07 ha/família (=26,12%)
- (11) Reserva – 20,64ha/família (=53,55%)
- (12) Área degradada, imprópria ou em descanso – 2,28ha/família (=5,93%)



Fonte: Figura construída a partir dos dados da pesquisa de campo, 2010.

- (13) Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias (AAFASD)
- (14) Pasto coletivo – pastoreio racional *voison*
- (15) Hora/máquina de trator – prestação de serviços
- (16) Motosserras – equipamentos de trabalho
- (17) Farmácia, laboratório de homeopatia e processamento de plantas medicinais
- (18) Roçadeiras – equipamentos de trabalho
- (20) Agroindústria – produção de açúcar mascavo e rapadura
- (21) Núcleo – área de produção semi-coletiva
- (22) Renda advinda de atividades pluriativas (=43,63% da renda total)
- (23) Renda advinda de transferências governamentais (=36,95% da renda total)
- (24) Renda advinda da produção comercializada (=16,01% da renda total)
- (25) Renda advinda pela produção comercializada via acesso às políticas públicas – Programa Barriga Cheia/PAA/CONAB/Prefeitura

9 PLURIATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A pluriatividade poderá ter um papel importante na promoção do desenvolvimento rural sustentável na medida em que apresentar-se como alternativa a alguns dos principais problemas que afetam as populações rurais tais como a geração de emprego, a melhoria das renda, a redução da vulnerabilidade social e produtiva, o êxodo dos mais jovens, da gestão interna das unidades familiares, entre outros. Deste modo, o papel estratégico da pluriatividade no processo de desenvolvimento rural está em contribuir para geração de mecanismos de inclusão social, redução da pobreza e combate às desigualdades. (Schneider, 2006)

Para a elucidação das considerações deste tópico, organizamos uma síntese dos três níveis de estudo desta pesquisa: **unidade fundamental de análise**, as famílias; **o micro-local**, o assentamento Santo Dias e o **regional**, o Território Médio Rio Grande. Após a exposição destas sínteses, refletiremos sobre as possibilidades de envolvimento das práticas pluriativas a partir de uma determinada perspectiva de desenvolvimento rural.

As famílias de agricultores que compõem o universo desta pesquisa não se orientam prioritariamente pelos padrões produtivistas típicos de um agricultor empresarial, mas também se distinguem do campesinato tradicional. Essa diferença manifesta-se principalmente na forma em que o princípio chayanovista de equilíbrio entre penosidade do trabalho/satisfação da demanda é modificado quando a família aparece no mercado, não exclusivamente, como fornecedora de produtos, mas como vendedora da sua força de trabalho. Essas novas relações modificam o equilíbrio interno, pois entra em cena o custo de oportunidade do mercado de trabalho. Em muitas situações não é a falta de meios de produção

que origina os ganhos com atividades não agrícolas, mas uma situação de mercado mais favorável com este tipo de trabalho, em termos de remuneração, em comparação com aquela derivada da venda de produtos agropecuários.

Mesmo quando a subsistência está ancorada em outras fontes de renda do tipo transferências governamentais, assalariamento temporário e prestação de serviços, a atividade agrícola persiste: (a) enquanto complemento da subsistência da família na forma de autoconsumo e renda não-monetária; (b) sendo lenta e progressivamente autofinanciada pela família para tornar-se atividade comercial, com o produto na forma de mercadoria, ainda que persistindo a produção para o autoconsumo em proporções menores.

Esse fato expressa um forte vínculo com o modo de construir a vida no campo. Segundo Graziano da Silva e Del Grossí (1998), esse modelo de família repousa sobre um sistema de valores próprios que orienta a produção agrícola, não em função do lucro ou produtividades crescentes, mas para a melhoria da qualidade de vida e maximização das oportunidades, sem deixar de considerar a realidade do mercado, principalmente o de trabalho, e obviamente, a capacidade de retorno em termos de rendimentos.

Segundo Van Der Ploeg (2009), os “ambientes” que os agricultores familiares se inserem influenciam nos níveis de co-produção da sua base de recursos, e com isso as condições de sobrevivência. O ambiente **micro-local** destas as famílias, ou seja, o Assentamento Santo Dias, tem demonstrado ao longo de sua história uma forte capacidade de (re) organização para garantir a sobrevivência e melhorar a qualidade de vida das famílias: (i) primeiramente na superação das condições de insegurança alimentar; (ii) na recomposição do capital ecológico da antiga fazenda Capão Quente; (iii) na mudança do modelo de exploração adotado pelos ex-proprietários da fazenda, baseada na

monocultura da cana, na pecuária extensiva e nas queimadas, para formas mais sustentáveis; (iv) nas diferentes estratégias de estímulo às atividades coletivas.

Outro aspecto relevante para a organização social e espacial do ASD é que este constitui uma área reformada sob jurisdição do governo federal (via INCRA), que implementa ações de reorganização fundiária com a liberação dos chamados créditos especiais de instalação, com rubricas para infra-estrutura, moradia e equipamentos básicos para iniciar a exploração agrícola.

A capacidade de geração de “riquezas” é expandida, além do auxílio governamental, pela competência que os assentados e assentadas tem demonstrado na elaboração e execução de projetos diversos, que subsidiam a diversificação econômica (exemplo dos projetos de apicultura, açúcar mascavo e pastoreio racional *voison*), e a ampliação das capacidades sociais e profissionais (alfabetização de jovens e adultos, cursos de capacitação, etc).

O **ambiente regional** – que aqui consideramos o **Território Médio Rio Grande** – é considerado uma região estagnada, apresenta rendimento domiciliar médio, mas com baixo crescimento econômico, segundo os critérios da Política Nacional de Desenvolvimento Territorial (2009). Mesmo com presença significativa de agricultores familiares, as monoculturas hegemônicas o território. Em função do antigo processo de ocupação da região, os recursos naturais se encontram em má qualidade, com degradação dos solos e poluição das águas por resíduos urbanos e rurais. O IDH Municipal médio do território está acima da média estadual, apesar de o município de Guapé apresentar indicadores inferiores a esta média e estar entre os municípios considerados prioritários no combate a desigualdade de renda.

Diversificação de explorações e fontes de renda, e a flexibilidade na gestão de recursos são características da grande maioria das famílias do ASD, não somente as que fizeram parte diretamente desta pesquisa. Segundo Veiga e

outros autores (2001), estas são características primordiais para o desenvolvimento de economias rurais dinâmicas. Reconhecendo a precariedade predominante hoje no rural brasileiro, o autor considera vital desenvolver ações que favoreçam a articulação das atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas:

As economias rurais dinâmicas são as que mais se diversificam, tornando o setor terciário muito mais decisivo que o primário. Espaços dominados por atividades primárias muito especializadas, que travam a diferenciação da economia, são justamente os que permanecem subdesenvolvidos, mesmo quando fazem parte das nações mais avançadas do planeta. (VEIGA et al, 2001: p. 17).

(...) Em outras palavras, o que interessa é saber se atividades rurais dos setores secundário e terciário que certamente geram maiores rendas per capita que as do setor primário têm mais chance de brotar no entorno de grandes fazendas especializadas em pecuária de corte, grãos ou cana-de-açúcar, ou no entorno de concentrações de sítios familiares poliprodutivos” (VEIGA et al., 2001: p. 49)

Apesar dos fatores limitantes que persistem no interior das unidades familiares, no conjunto do assentamento, mas principalmente no âmbito do território, há também elementos positivos em todas estas esferas que podem alavancar processos de desenvolvimento rural baseados na perspectiva teórica brevemente exposta acima.

Algumas ações em curso são evidências dessas potencialidades, como as iniciativas de planejamento integrado encabeçadas pela Associação dos Municípios do Lago de Furnas, na proposição de políticas públicas explicitadas no projeto *Diálogo de Concertação para o Desenvolvimento do Lago de Furnas* (CREA/MG, 2010). Este projeto tem como objetivos principais: ações de saneamento e revitalização do lago; a construção da hidrovía Alfenas-Formiga;

apoio à aqüicultura e piscicultura em tanque-rede; estímulo ao turismo de aventura, paisagístico, rural e religioso.

Essas ações – que envolvem diversas instituições como Furnas Centrais Elétricas, COPASA, EMATER, universidades, sindicatos, movimentos sociais, associações e entidades de classe – podem contribuir para a superação dos obstáculos de distância, isolamento e acesso entre as micro-regiões do território, além de potencializar a geração de postos de trabalho principalmente no setor de serviços, um ramo da economia da região em que a cadeia de agregação de valor é mais vigorosa (MINAS GERAIS, 2007). Independente se se darão no campo ou na cidade, essas oportunidades podem ser incorporadas pelos agricultores familiares como mais uma alternativa de obtenção de renda, e com isso viabilizar projetos familiares e sua reprodução social.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o exercício de práticas pluriativas no contexto da dinâmica da agricultura familiar associadas à noção de reprodução social significa compreender de que maneira as pessoas constroem a própria existência e o sentido que conferem às suas ações ao longo desse processo.

Essa situação adquire certa particularidade quando esses agricultores familiares são “assentados” de um programa de reforma agrária, pois a heterogeneidade de atores e circunstâncias presentes, somadas às trajetórias das famílias, forjam novos sujeitos e arranjos sociais.

O ideal de vida a ser vivida no campo das famílias aqui pesquisadas manteve-se vivo mesmo após inúmeras experiências em ambientes que nada tinham a ver com aquele projetado. Esse ideal materializa-se na capacidade produtiva chamada de “vocação agrícola”, que somada a uma série de outras capacidades acumuladas pelas famílias ao longo de sua experiência de vida, assumem diferentes graus de funcionalidade na nova realidade de assentados (as).

Essa funcionalidade refere-se ao papel cumprido pelas atividades agropecuárias no quadro geral de manuten o e sobrevivência dessas famílias, que aliado ao exercício de outras atividades, compõem a estratégia geral de reprodu o social.

Fazem parte desse mosaico diversos fatores, como o número e idade dos filhos, os recursos técnico-produtivos disponíveis, o patrimônio sócio-material conquistado pelas famílias em momentos anteriores   experiência de assentamento e pela capacidade de gera o de rendas advindas de trabalhos/serviços extra-agrícolas, dentre outros. Como cada família possui uma combina o diferente de cada um desses aspectos, aliados a uma diferente

perspectiva de futuro e prioridades, que em alguns casos assumem uma dimensão mais individualizada e autônoma por parte dos filhos, configuram-se realidades bastante diversas entre uma família e outra.

Porém, mesmo diante das particularidades, os pontos convergentes existem. O que guia a conduta econômica dos agricultores entrevistados não são aqueles princípios característicos do chamado empresário rural, pautados pela produtividade marginal dos fatores de produção e maximização do lucro. O que orienta a reprodução social destas famílias é a busca pela otimização de oportunidades de sobrevivência e maximização de bem-estar. Essa lógica representa uma luta contínua e cotidiana por autonomia e progressos, concretizados pela criação de uma base de recursos autogerida. A alternativa encontrada pelas famílias do ASD que fizeram parte desta pesquisa para a criação de tal base de recursos envolve a combinação de rendas monetárias e não-monetárias de natureza agrícola e extra-agrícola.

Os rendimentos provenientes de atividades pluriativas (aqui expressos na forma de trabalhos assalariados temporários diversos, como safrista, pedreiro, serviço de carroto, etc) constituem uma fonte de receitas que arcam com parte dos bens e serviços necessários a manutenção do coletivo familiar (gastos correntes) e, por outro lado, como instrumento de autofinanciamento da produção de subsistência.

Uma parte da renda pluriativa entra no processo produtivo e gera uma determinada quantidade de produtos. Uma parcela desses produtos assume a forma de mercadorias via comercialização, a outra é utilizada para a reprodução da família na forma de autoconsumo, e da própria unidade de produção com a aquisição de animais, manutenção/reposição de equipamentos, realização de pequenas melhorias, dentre outros.

A prioridade dada à recomposição do capital ecológico é uma prática

agrícola pouco dependente de recursos externos, ainda que a utilização de fertilizantes químicos seja necessária em certas situações, define um modelo de co-produção com a natureza, em que uma parte dos recursos utilizados como sementes, fertilizantes naturais, produtos processados na indústria doméstica rural entram no processo de produção na forma de valores de uso, e não como custo contábil, diminuindo a pressão pelo alcance de resultados econômicos que satisfaçam os padrões clássicos de viabilidade e rentabilidade.

É a partir dessa lógica que a trajetória das famílias em relação ao vínculo com as atividades agropastoris e com o exercício de atividades pluriativas se desenvolve. Dependendo das formas sociais de organização construídas pelo micro-ambiente, seja o assentamento, os núcleos, o associativismo, seja pela presença/acesso às políticas públicas (exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos) e das condições para o desenvolvimento regional (como as do território Médio Rio Grande), as possibilidades de reprodução do patrimônio sócio-territorial destas famílias poderão ser alcançadas e/ou mantidas com maiores ou menores dificuldades.

11 LIMITAÇÕES ENCONTRADAS NO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Este trabalho se deparou com algumas limitações, desde a sua concepção teórica até a sua execução. O primeiro deles refere-se ao tempo decorrido entre a elaboração da proposta inicial e a realização das primeiras idas a campo até a definição dos objetivos “oficiais” da pesquisa. No momento em que decidimos que o foco de investigação seria o campo semântico da pluriatividade e não o de impactos econômicos gerados pelo desenvolvimento do ASD, já haviam se passado alguns meses. O tempo relativamente perdido nas primeiras etapas seria melhor aproveitado em fases posteriores, seja na coleta de mais informações, seja no aprofundamento das análises dos dados.

Outro problema reside nas condições em que foram obtidas as informações quantitativas durante a realização das entrevistas com as famílias de assentados e assentadas. Os dados relacionados à renda, gastos correntes e montantes destinados a custear as atividades agropecuárias foram estimados subjetivamente pelos assentados, havendo a possibilidade de omissão e/ou superestimação dessas informações. Isso ocorreu em grande medida pelo fato de que não há um controle formal no registro de entrada e saída de recursos nas unidades sócio-produtivas.

12 OUTRAS QUESTÕES DE PESQUISA

Nos vários momentos que caracterizaram o desenvolvimento deste trabalho, foram bastante rotineiras as situações em que, utilizando um jargão popular, “miramos no que vimos e acertamos no que não vimos”, ou seja, descobrimos coisas que não tivemos a intenção previamente explicitada de investigar. Acreditamos que situações como estas fazem parte do processo interativo de pesquisa, que foi detalhado nos procedimentos metodológicos. Mas exatamente o que estamos falando? À medida que mergulhamos na tentativa de compreender como as famílias entrevistadas constroem suas alternativas de sobrevivência, captamos uma série de elementos correlacionados a este processo, de modo que alguns deles foram analisados, e outros, devido a uma série de limitações (principalmente a de tempo), não tiveram a mesma oportunidade.

A primeira está relacionada ao processo de individualização da renda por parte dos filhos (as) que se inserem no mercado de trabalho. Apenas parte da renda por eles (as) adquirida entra no “caixa” da família. A individualização não ocorre somente na dimensão econômica da renda e do consumo, mas também em diversas outras esferas, como por exemplo, a perspectiva dos jovens em morar ou não no lote, de manter ou não a relação com a terra, dentre outras questões.

Outro aspecto pouco explorado refere-se às diferenças sociais construídas a partir das relações de gênero estabelecidas pelas pessoas que compõem as famílias assentadas. O processo de tomada de decisão sobre recursos, a divisão do trabalho no interior da unidade produtiva, a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho assalariado e mesmo o exercício de outras práticas pluriativas (como as de manufatura, prestação de serviços diversos,

artesanato); tudo isso são questões que variam fortemente de acordo com o conceito de masculino e feminino construído pelos homens e pelas mulheres do ASD.

Apontamos aqui algumas dicas de pesquisa cujo aprofundamento poderá saciar a curiosidade de trabalhos futuros.

Obrigado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 2007.

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1999. 125 p.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro**: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais. 1997. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) UFRRJ, Rio de Janeiro, 1997.

AMARAL, A. P. **Questão agrária e agroecologia**: relato de experiências de transição agroecológica do assentamento Santo Dias. 2009. 54 f. Monografia (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2009.

ANJOS, F. S. **Agricultura familiar em transformação**: os colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas, UFPEL. 1995

BERDEGUÉ, J. L.; REARDON, T.; ESCOBAR.; G. ECHEVERRIA, R.G. **Opciones para el desarrollo del empleo rural no agrícola en América Latina**. Washington, 2001. Banco Interamericano de Desarrollo – BID, Informe Técnico, Novembro.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 2001 (Coleção Primeiros Passos, 301)

BRENNEISEN, Eliane C. Assentamento Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente. In: J. S. Martins, (org.), **Travessias – as vivências da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.53-106.

BUTTEL, F. H.; LARSON, O. F.; GILLESPIE, G. W. **The rural sociology of agriculture (under the auspices of the rural sociological society)**. Nova York: Greenwood Press, 1990.

CARNEIRO, M. J., Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 89-105, 1996.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias políticas. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (orgs). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CADERNO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA - CONCRAB/MST . **O que levar em conta para a organização do assentamento – a discussão no acampamento**. São Paulo: CONCRAB, n ° 10, 2001.

COSTA, L. C. **Um breve estudo sobre a extensão rural vinculado a utilização de diagnóstico rápido participativo em um assentamento de reforma agrária no sul de minas**. 2008. 80 f. Monografia (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008.

DELGADO, G.C.; CARDOSO JR, J.C. **O Idoso e a Previdência Rural no Brasil: A Experiência Recente da Universalização**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. Introduction: Entering the field of qualitative research. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Ed.) **Handbook of Qualitative Research**. 1994. p. 1-17.

ECHEVERRIA, R.G (Ed.) **Desarrollo de las economías rurales**. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo – BID, 2001.

ESTERCI, N. et. al. **Assentamentos Rurais**: um convite ao debate. Reforma Agrária. Campinas, v 22, 1992.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. 2004.

FULLER, Anthony. From part-time farming to pluriativity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, Londres, 1990.

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS SA. Disponível em: <http://www.furnas.gov.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

GARCIA Jr., A. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995. 105p.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSÍ, M.E. A evolução do emprego rural não-agrícola no meio rural brasileiro. Seminário Internacional Campo-Cidade. PARANÁ/PNUD. Curitiba-PR. 1998.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

GUANZIROLI, C. E.; ROMEIRO, A.; BUAINAIM, A. M.; SABBATO, A. D.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da Vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste; v. 7).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE.
Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro, 2006.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.
Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2002.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Portugal: Proposta. 1980.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. 3ª ed. São Paulo: Proposta editorial, 1980.

KINSELLA, J. et al. Pluriativity as a livelihood strategy in Irihi farm Households and its role in Rural Development. **Sociologia Ruralis**, Netherlands v. 40, n. 4: 481-496. 2000.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.

LIPTON, Michael. The theory of the optimising peasant. **The Journal of development studies**, vol. IV, nº 3, abril/1968.

MAGRINI, P.R. **Cruzando fronteiras invisíveis**: desvendando relações de gênero em um assentamento rural organizado pelo MST no Sul de Minas Gerais. 2010. 118 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.

MAROCO, J. **Análise Estatística com a utilização do SPSS**. 3ª ed. Lisboa: Silabo, 2007. 822 p.

MARSDEN, T.; WHATMORE, S.; MUNTON, R.; & LITTLE. Towards a political economy of capitalist agriculture: a British perspective. **International Journal of Urban and Regional Research**, 4: 498-521. 1986

MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (orgs.). **Assentamentos Rurais; Mudança Social e Dinâmica Regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MINAS GERAIS, Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.iter.mg.gov.br/noticias.php?type=1&cod=31>>. Acesso em dezembro de 2010.

MINAS GERAIS, **Resolução SEMAD nº. 1004**, 27 de julho de 2009. Divulga pontuação parcial do Fator de Qualidade referente às Unidades de Conservação da Natureza e outras Áreas Especialmente Protegidas.

Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Artigo DATALUTA, nov. 2010. Disponível em www.fct.unesp.br/nera (acesso em janeiro de 2010).

NEVES, D., “Agricultura familiar: questões metodológicas”. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, n. 25, p. 21-37, maio/dez. 1995, Campinas.

NEVES, D. (1997), “Agricultura familiar e mercado de trabalho”. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 8, p. 7-25, abr. 1997, Rio de Janeiro.

COPAM. Normativa n. 86, de 17 de julho de 2005.

OIT. World Employment Report. 2004-2005. Employment, productivity and poverty reduction. ILO, Geneva, 2005.

RESENDE, R. U.; MARCHETTI, A.D. **Programa territorial de desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura – Território Médio Rio Grande (MG)**. CONVÊNIO 117/2008/SEAP/PLURAL. São Paulo, jul. 2010.

REZENDE, A. de C. **O processo educativo no assentamento Santo Dias – MST, sob olhar de uma assentada**. 2009. 52 p. Monografia (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2009.

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, n. 24, v. 3, p. 106-132, set./dez. 1994.

SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, n. 14, v.2, p. 225-238, 1997.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia), UFRGS, Porto Alegre, 1999.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-123, fev. 2003.

SCHNEIDER, S. “As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo-parcial”. **TEORIA SOCIAL, AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE**, Porto Alegre, 1995 121 Ensaio FEE, 16 (1): p. 105-119.

SCOTTI, M. C. A. **O desenvolvimento do turismo em margem de lago artificial: o caso da Península de Guapé - Campos Gerais, Lago de Furnas/MG**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA (SEAP). Estudo Técnico-Científico Visando a Delimitação de Parques Aquícolas nos Lagos das Usinas Hidroelétricas de Furnas e Três Marias - MG. **Relatório de Identificação de Áreas Tecnicamente Adequadas para a Instalação de Parques Aquícolas. Reservatório de Furnas**. Belo Horizonte: UFMG,

FUNDEP, CETEC, jul. 2007. 311p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VAN DER PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: Paulo Petersen (org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

VEIGA, José Eli da. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: FIPE/IICA – MDA/CNDRS/NEAD, 2001.

WELLER, J. El empleo rural no agropecuario en el istmo centroamericano. **Revista de la Cepal**, n. 62, ago. 1997.

WOLF, ERIC. **Sociedades camponesas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.7, n. 1, jan./jun. 1990.